

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

DAYANE SILVA OLIVEIRA

LEACOCK E OS FUNDAMENTOS DA SUBORDINAÇÃO DA MULHER

Maceió

2020

DAYANE SILVA OLIVEIRA

LEACOCK E OS FUNDAMENTOS DA SUBORDINAÇÃO DA MULHER

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago.

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

O48l Oliveira, Dayane Silva.
Leacock e os fundamentos da subordinação da mulher / Dayane Silva
Oliveira. – 2020.
91 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. Maceió, 2021

Bibliografia: f. 91.

1. Mulheres. 2. Subordinação. 3. Igualdade. I. Título.

CDU: 36: 396



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Dayane Silva Oliveira**, intitulada “LEACOCK E OS FUNDAMENTOS DA SUBORDINAÇÃO DA MULHER”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 18 de dezembro de 2020, às 15 horas, por meio de vídeo conferência via Google Meet.

Banca Examinadora

DRA. MARIA CRISTINA SOARES PANIAGO

(UFAL – Presidente - ORIENTADORA)

DR. SÉRGIO AFRÂNIO LESSA

(UFAL – Examinador Interno)

DRA. MARIA SUSANA VASCONCELOS JIMENEZ

(UECE – Examinadora externa ao Programa)

A todas as meninas filhas da classe trabalhadora que conheceram o estupro antes de conhecerem a escola!

A exigência da emancipação das mulheres conferiu uma nova dimensão a esses antigos enfrentamentos históricos que faziam pressão em prol da verdadeira igualdade. As mulheres tiveram de compartilhar uma posição subordinada em todas as classes sociais, sem exceção, o que tornava inegável (até pelas forças conservadoras mais extremadas) que sua demanda pela igualdade não poderia ser atribuída a uma “particular inveja de classe” e assim descartada. Essa circunstância também deixou óbvio que o “poder nas mãos das mulheres”, em qualquer sentido dessa expressão, seria inconcebível se o quadro estrutural de dominação e hierarquia de classes se mantivesse como princípio organizador da ordem sociometabólica. Mesmo que todas as posições de comando nas empresas e na política do capitalismo fossem reservadas por lei para as mulheres – naturalmente isto não poderia acontecer por uma série de razões, incluindo-se, em lugar proeminente, a estrutura existente da família; de onde a hipocritamente exagerada admissão de minorias –, um número incomparavelmente maior de irmãs continuaria em abjeta subordinação e impotência. Não se poderia encontrar nenhum “espaço especial” para a emancipação das mulheres no referencial dessa ordem socioeconômica. Por isso, o “poder nas mãos das mulheres” teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução sociometabólica alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as “microestruturas” que constituem a sociedade.

Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da UFAL, por toda colaboração em meu processo de formação, em especial às professoras Gilmaísa, Edlene e Norma, ao professor Ivo e aos colegas Frederico, Karol e Janaína. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por conceder o financiamento que me permitiu desenvolver o presente trabalho. Ao Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa, (PPGSS/UFAL), por me proporcionar ricas e indispensáveis discussões.

Aos amigos alagoanos Marcella, Fernanda, Atahualpa, Ana, Renata, Iole e Thayná, pelo apoio e abraços reconfortantes; Aos queridos uruguaios Jimena e Nico, por toda solidariedade e generosidade, e à camarada paraibana, que desde sempre me apoiou, Mariana. Agradeço a todos pelo carinho durante os anos do mestrado.

Às três mulheres incríveis que apareceram aos 45 do segundo tempo, direto para a minha vida: Aninha e sua grandiosidade; a doce Helena, que carinhosamente corrigiu o texto, além de me oferecer apoio a amizade; e Juliana, pelas longas e decisivas conversas que me fizeram forte nos últimos momentos de 2020.

Ao Instituto Lukács, por toda aprendizagem.

Aos amigos e companheiros da vida: Guto e Junior, por dividirem a vida e o lar comigo; Dieguinho, Monique, Ed Goma, Nau, Pedro, Alexandre, Bruno, Fabão, Tinho, Camila, Dani, Gleiton, Thaís, Alex, Naira, Meg, Ivan, Lari, Roni, Gil, Eraldo e Medeirinhos, por todas as formas de apoio à distância; aos professores Binho, Pina, Gildásio e Cida; à Carlos Luna, pelo que me ensinou.

À minha escola de capoeira CETA, pela colaboração física e espiritual, primordialmente ao meu Mestre e amigo Lázaro Dendê (por tudo!), aos meus professores Tucano (pelo apoio e carinho), Cascão e Biscoiteiro e às parceiras Ousada e Bem-te-vi. Agradeço também à professora de capoeira alagoana, a querida Pequena e sua turma, pelo acolhimento em Maceió.

Aos erês: João, Lázaro, Iasmyn, Pedro, Miguel, Henrique, Maitê, Sofia e Otto.

Aos meus pais, lutadores, incríveis e companheiros: Sandra e Detão, por todo o amor e apoio incondicionais; às minhas amigas e irmãs Paloma e Tina, por segurarem em minha mão com força e verdadeiro amor toda a vida. À minha família querida: Léo e Bruna pelo valoroso apoio cotidiano; vovô Delo e as vovós Júlia e Carmelita; Dona Val, Jonga, Mela, às tias Nem,

Lôra, Irene, Rosa, Kêu e tio Jujú; a Luana, João e Loro, pelo carinho que sempre busco. Aos dois queridos José's (*in memorian*) que me apresentaram a saudade.

Ao meu amado camarada que acompanhou cada atropelo que a vida me deu, dizendo sempre: não desista, não desista! Sem Uelber Rasta eu não teria concluído esse processo com sanidade. Obrigada por sua parceria incondicional e verdadeira e por sua contribuição decisiva para que eu evoluísse até aqui.

Agradeço imensamente aos professores que aceitaram compor a banca examinadora: Sergio Lessa, pela paciência e estímulo ao estudo sério e necessário, obrigada por tudo; Susana Vasconcelos Jimenez, por todas as sugestões decisivas na banca de qualificação, também pelos diálogos sobre a tradução do livro base dessa dissertação, entregue a nós por suas mãos.

Por fim, à professora Cristina Paniago, minha querida orientadora que se colocou em várias frentes de batalhas para que eu pudesse concluir a pesquisa, ainda que em situações muito diferentes das que planejamos. Ela esteve comigo todos os dias, me oferecendo apoio pessoal e profissional. Seria impossível expressar o tamanho da gratidão por tudo que fez por mim.

RESUMO

O estudo aqui proposto pretende apresentar os fundamentos ontológicos da subordinação da mulher a partir das pesquisas da antropóloga estadunidense Eleanor Burke Leacock, publicados em *Mitos da Dominação Masculina. Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*. O período colonial europeu, que possibilitou a desintegração das sociedades igualitárias, integrando-as à lógica da propriedade privada e da produção de mercadorias, foi o contexto histórico no qual a sociedade igualitária dos montagnais-naskapi, objeto da investigação de Leacock, teve suas relações fundadas no trabalho cooperativo completamente destruídas. A análise da obra desta autora demonstrou que as relações igualitárias existentes entre os bandos da Península do Labrador, fundamentadas na cooperação, na autonomia e na solidariedade, que impossibilitavam hierarquizações baseadas no sexo, foram minadas a partir da sua dependência ao comércio de peles, que forçou a introdução da propriedade privada e, por meio dela, a institucionalização da família monogâmica. Foi nesse processo que as mulheres se viram subordinadas.

Palavras-Chave: Igualdade. Mulher. Subordinação.

ABSTRACT

The study proposed here intends to present the ontological foundations of the subordination of women, based on the researches of the American anthropologist Eleanor Burke Leacock, published in *Myths of Male Dominance: Collected Articles on Women Cross-Culturally*. The European colonial period, which enabled the disintegration of egalitarian societies, integrating them into the logic of private property and the production of goods, was the historical context in which the egalitarian society of montagnais-naskapi, object of Leacock's investigation, had its relations founded on cooperative work completely destroyed. The analysis of this author's work showed that the egalitarian relations existing between the groups of the Labrador Peninsula, based on cooperation, autonomy and solidarity, which prevented hierarchies based on sex, were undermined by their dependence on the fur trade, which it forced the introduction of private property and, through it, the institutionalization of the monogamous family. It was in this process that women became subordinate.

Keywords: Equality. Woman. Subordination.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A SOCIEDADE IGUALITÁRIA	19
2.1 Montagnais-naskapi: uma sociedade sem classes.....	22
2.2 Uma igualdade qualitativamente diferente.....	27
2.3 “Tomada de Decisões” nas sociedades igualitárias: grupos multifamiliares cooperativos e economia coletiva.....	33
2.4 Divisão do trabalho social e divisão sexual do trabalho.....	44
3. “DO IGUALITARISMO À OPRESSÃO”	49
3.1 Mudanças na forma de propriedade e nas relações sociais.....	50
3.2 Comércio de peles, o Estado e a educação jesuítica como influência para o surgimento da família monogâmica e da hierarquia entre os sexos.....	57
3.3 A perda da autonomia das mulheres.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

1. INTRODUÇÃO

O surgimento do capitalismo, enquanto modo de produção e reprodução social, decorre do intercâmbio entre o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais processadas no interior da sociedade e fundamentadas pela propriedade privada e pelo trabalho explorado.

A riqueza produzida, segundo essa nova ordem, é gerada e valorizada a partir da exploração da classe trabalhadora em uma proporção como nunca se tinha visto antes. No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, surge uma nova classe que, aos poucos, passa a deter o poder político e econômico da nova sociedade que se erguia. Esses novos indivíduos, “Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las” (HUBERMAN, 1981, p. 178).

Através da violência, a “acumulação primitiva de capitais” foi o ponto de partida da consolidação desse sistema social baseado na extração de mais-valia. Foi esse o processo histórico que levou a humanidade à superação das velhas formas de produção, inaugurando um mundo moderno sobre novas bases sociais, marcada pela separação entre o trabalhador e os seus meios de produção (MARX, 1988).

Para tanto, foi necessário um longo período de transformações que pudessem oferecer novas bases e deslocar as antigas, formando duas classes sociais antagônicas: uma classe possuidora da maior parte da base fundiária, através do “roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal”, como argumenta Marx; a outra, formada por indivíduos que viviam nessas terras que foram desapropriadas. Complementa Marx: “Eles [a classe possuidora] conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capitalismo e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros” (MARX, 1988, p. 264-265).

Para que o capitalismo se tornasse o sistema global que a tudo domina em todos os cantos do mundo, foi necessário superar imensas barreiras até realizar a Revolução Industrial do século XVIII, tida como o marco da sua consolidação. Entre os mecanismos mais fundamentais que propiciaram esse feito, desarticulando a herança econômica e política do regime feudal e de outras relações sociais – tais como as relações com as sociedades americanas, africanas e asiáticas –, verificamos o importante desempenho do Estado na

colonização e na elaboração de leis e formas de controle que obrigassem os “trabalhadores livres” a se adequarem às condições de sua própria exploração, fazendo ruir as relações igualitárias que restavam em algumas regiões do mundo. A nova base social demandava do Estado medidas cada vez mais incisivas.

O estímulo ao desenvolvimento do comércio estava dado, sobre essas novas circunstâncias, na medida em que não apenas as terras foram apropriadas pelos capitalistas, e os camponeses, que antes eram autônomos economicamente, paulatinamente foram sendo transformados em mão de obra assalariada, mas também, pela separação entre manufatura e agricultura, tendo nesse processo, o redimensionamento dos alimentos antes destinados prioritariamente ao consumo, para o usufruto do capital industrial que estava nascendo, solidificando o mercado interno e abrindo caminho para a produção de mercadorias.

O desenvolvimento do capitalismo, a partir do século XVI, ancorado na expansão marítima, na efetivação de um sistema colonial, na criação de dívidas públicas, com elevados impostos de proteção e guerras comerciais, deram à burguesia as condições para a progressiva e perniciosa lógica de acumulação e expansão de capitais em ritmo cada vez mais acelerado e crescente (MARX, 1988).

A criação do mercado interno e a expansão do mercado internacional, após enfrentar os resquícios e resistências da antiga reprodução feudal e dos povos recém-colonizados, permitiram também, e decisivamente, a afirmação do capital monetário, superando antigas relações de produção e consolidando o capital com suas leis próprias de desenvolvimento.

Para que as novas relações mercantis fossem fundadoras do mundo moderno, passaram-se pouco mais de dois séculos. Ao tratar da Revolução Burguesa, Netto comenta que:

[...] a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França). A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das idéias um campo de batalhas decisivo, como o provam a Reforma protestante e a Ilustração (NETTO, 2008, p. 75).

Dessa forma, consolida-se o modo de produção capitalista, como uma “lei geral absoluta” que, inteiramente articulada, expressa-se através da produção de mercadorias e da expropriação da mais-valia, marcada pelo antagonismo entre duas classes (MARX, 1988). Isso quer dizer, segundo a definição de Mészáros (2011), que a condição do pleno

amadurecimento do capital, e antes, da sua própria existência, dá-se pela sua capacidade de possuir total controle sobre o trabalho em todas as etapas do processo de produção e reprodução da sociedade.

Um dos aspectos relevantes desse processo de consolidação do capital e do Estado moderno foi o sistema colonial que, como alavanca do processo de acumulação inicial, possibilitou a desintegração das sociedades igualitárias, forçando-as a integrarem-se à lógica da propriedade privada. Através da escravização de povos nativos da América e da África, da imposição de relações comerciais com eles e com povos asiáticos, incluindo indianos e das ilhas do Pacífico, os Estados imperialistas europeus conseguiram manter crescente a expropriação da riqueza social produzida nas colônias, alimentando o mercado internacional em expansão (LEACOCK, 2019).

Esse é o contexto no qual sociedades americanas da península do Labrador vivenciaram o desmoronamento de suas relações igualitárias, passando a depender economicamente do mercado mundial, no cenário de desenvolvimento do sistema capitalista, e no qual, segundo Leacock (2019), surgem os fundamentos da dominação masculina. Isto é, a investigação realizada por esta autora demonstrou que as relações igualitárias existentes entre os montagnais-naskapi¹ – mas não apenas entre eles – foram destruídas pela força do desenvolvimento da produção de mercadorias imposta pela lógica da colonização europeia na sua expansão para a América.

Embora o processo que subordinou a mulher, no sentido mais universal, não tenha sua gênese no processo de emergência do capitalismo, como argumenta Engels (2010) e é ratificado por Leacock (2019), ele se apropriou da alienada e da desigual relação entre mulher e homem e a utilizou para aprofundar a necessária expropriação do trabalho excedente socialmente produzido pela classe trabalhadora. A subordinação da mulher foi intensificada com a consolidação do capital e para a sua correta compreensão é necessário, como observa Leacock (2019), a apreensão das bases materiais que possibilitaram o surgimento da relação de desigualdade entre classes sociais e entre mulheres e homens.

¹ Em nota de rodapé (LEACOCK, 2019, p. 81), a autora indica que o termo “montagnais-naskapi” é designado pela antropologia para retratar o grupo nativo da Península do Labrador, com exceção dos “esquimós”, e que em algumas passagens da obra, utiliza-se apenas “montagnais” – apelido dado pelos franceses “aos vários grupos que passavam o verão na costa norte do Rio São Lourenço”. No entanto, encontramos também, a utilização apenas de “naskapi”. Leacock se refere também à denominação “inuítes” (LEACOCK, 2019, p. 68). Segundo a pesquisa, os montagnais-naskapi são grupos que se denominam nos dias de hoje como “innu” ou “inuítes” (ser humano): os “montagnais” (povo da montanha), residentes na região a sul, e “naskapi” mais a norte, ambos na província de Quebec em um amplo território na Península do Labrador, chamado Nitassinan (nossa terra). “Naskapi” significa “pessoas de além do horizonte” (PUEBLOS ORIGINARIOS, 2019).

O interesse por esse objeto surgiu pelo anseio em apreender a questão da mulher na relação capital-trabalho na sociedade capitalista contemporânea, consubstanciando o debate da emancipação feminina iniciado na graduação em História (UESB). Contudo, a leitura imanente inicial e a discussão do capítulo 5 de *Para além do capital*, proporcionada pelo Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa, (PPGSS/UFAL), sinalizou para a necessidade de compreender a origem do processo de subordinação da mulher e da sua exclusão da participação nos processos de decisão sobre o destino da sociedade e sobre o seu próprio destino. Sinalizou, outrossim, para o imprescindível entendimento da relação entre sua subordinação na esfera da família monogâmica e o reaparecimento de uma suposta “autonomia” com a sua reintrodução na esfera pública através do mercado de trabalho.

A reconfiguração do interesse inicial da pesquisa, depois de um percurso investigativo na coleta de textos que o tangenciassem, coincidiu com a tradução feita por Susana Jimenez (iniciada em 2017) e a publicação, pelo Instituto Lukács, em 2019, da obra *Mitos da Dominação Masculina. Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*², de Eleanor Burke Leacock. A obra se apresentou como um caminho mais seguro para analisar o processo de subordinação das mulheres em sociedades igualitárias da América, no contexto da colonização, buscando apreender sua origem e seu desenvolvimento na transformação das relações histórico-sociais nas comunidades indígenas do Labrador.

Antes que essa obra tivesse sido publicada pela primeira vez no Brasil, já tínhamos referência da sua importância. Em *Abaixo a família monogâmica!*, o professor Sergio Lessa já havia sinalizado para o criterioso estudo das sociedades igualitárias e a demonstração das raízes da opressão das mulheres, realizado por Leacock. O que não sabíamos é que a obra iria além dessa empreitada. Por que, então, ela é tão importante? Quais são seus argumentos centrais e de maior profundidade? Quais as contribuições de Leacock ao debate marxista sobre a questão da igualdade e das mulheres, as quais vão para além dos argumentos apresentados por Engels? Esses têm sido alguns dos questionamentos mais comuns e que, de

² A obra é uma reunião de artigos publicados “ao longo de quase trinta anos”, distribuídos em 17 itens sobre as mudanças ocorridas no papel social das mulheres, em que Leacock tanto reconhece as “contribuições de Morgan e de Engels, ao lado das formulações de Marx contidas em seus cadernos etnológicos”, ao realizar um resgate crítico das suas teses; quanto expressa seu esforço em desmistificar as formulações em favor de uma dominação masculina, apresentando uma leitura crítica acerca das teses de autores como Ruth Benedict, Evelyn Reed, Margaret Mead, Lévi-Strauss, Simone de Beauvoir, Steve Goldberg (JIMENEZ, 2019, p. 14, 26).

alguma maneira, nos provocou durante a análise desta reveladora obra, que orientará as discussões desta pesquisa.

Neste momento, cabe ressaltar algumas palavras introdutórias sobre a importante contribuição dessa autora que pode ser melhor conferida na própria apresentação da obra traduzida por Jimenez. Nessa apresentação, esta tradutora, ao resumir uma das fontes³ utilizadas sobre a vida e a obra de Leacock, afirma:

Segundo Gailey, Leacock teria sido uma das primeiras antropólogas americanas, se não a primeira, a aplicar, de maneira explícita, a abordagem de Marx para buscar compreender as realidades etnográficas e, mais particularmente, a transformação histórica do status das mulheres sob o prisma de seu permanente compromisso com a análise classista, como ainda enfatiza Mullings. Além do mais, defende Gailey, ao enfatizar as origens estruturais das desigualdades de gênero (e de raça), sem perder de vista os fundamentos relativos à luta de classes e às relações de produção, Happy [Leacock] colocar-se-ia na contramão do reducionismo economicista e evolucionista próprios da Segunda Internacional e das posições identificadas com o stalinismo. Nesses termos, esse empreendimento antropológico acerca da evolução representaria uma valiosa contribuição de Leacock ao desenvolvimento do próprio marxismo (JIMENEZ, 2019, p. 17).

Essa importante antropóloga, portanto, ofereceu ao marxismo extraordinária contribuição ao elaborar uma crítica superadora de posições contraditórias internas ao marxismo, como pode ser lido na citação abaixo:

[...] omitir as mulheres como mulheres significa excluir pessoas, posto que uma parcela expressiva da dialética envolvida na tomada de decisões por parte do indivíduo representa a substância por excelência do processo social. Tal omissão é propícia ao determinismo mecanicista na análise de ambas as sociedades, a de classes e a pré-classista. E, finalmente, tratar como subsidiários assuntos que dizem respeito às mulheres não apenas deturpa o entendimento, mas se torna uma pedra a mais no muro da resistência masculina que leva as mulheres a rejeitar o marxismo, julgando-o irrelevante no que tange a seus problemas. Nesse sentido, inibe-se a contribuição positiva que os marxistas poderiam oferecer ao movimento de mulheres (LEACOCK, 2019, p. 65).

Do mesmo modo, o mesmo conjunto de críticas “pode ser dito em relação à opressão racial e nacional”, ou seja, temas que foram preteridos “ao status de questões secundárias na análise marxista contemporânea, com severas consequências teóricas e políticas”. Com efeito, a autora estava atenta à produção de esclarecimentos de temas que foram desconsiderados e, à época (nos anos de 1970), começavam a se apresentar como campo de interesse de alguns

³ Coletânea “From Labrador to Samoa: The Theory and Practice of Eleanor Burke Leacock” organizada por Connie Sutton que contou com a participação de outros autores (JIMENEZ, 2019, p. 15).

“cientistas marxistas e revolucionários da América Latina e África” (LEACOCK, 2019, p. 48, 51).

Não é demais recordar o cenário histórico em que a pesquisadora e militante se formava. É possível capturar na própria obra o seu envolvimento teórico-político, bem como indicativos do conturbado período das relações capitalistas mundiais e, em particular, dos Estados Unidos da Guerra Fria, em um contexto acentuado pelos tempos reacionários do “macartismo” ou campanha anticomunista dos primeiros anos da década de 1950 (JIMENEZ, 2019, p. 20-21). Além desses fatos, a realidade estadunidense marcadamente atravessada pelas questões raciais, dadas às condições sócio-históricas da formação daquele país, e à herança ideológica racista, representavam também algumas das tensões desse período.

Nessa acepção, para Leacock, não se pode pôr em oposição a “opressão nacional ou racial à exploração de classe”, pois isto “não condiz com a análise marxista”, e sim com um “vão empreendimento sociológico”. Para ela, esses dois elementos “constituem uma unidade” onde muitos estudiosos argumentam “por vezes, que as opressões racial e nacional não seriam, em princípio, essenciais à vitória das relações capitalistas. Trata-se de um argumento estéril, uma vez que essas opressões *estiveram* historicamente juntas”. Esta antropóloga ainda afirma que “tudo isso é verdadeiro quando se trata da opressão das mulheres” (LEACOCK, 2019, p. 50-51).

A resposta de Leacock ao desinteresse no que tange à análise de tais questões apresenta-se de maneira contundente e fundamental quanto à exclusão da “posição da mulher com relação ao núcleo central da análise social” que, para ela, não pode recair em outra coisa que não em “distorções”. Além disso, “o tratamento acerca do ‘papel da mulher’ como algo isolado esconde a realidade da família” como “unidade econômica” básica da sociedade, sendo esta uma “instituição” crucial para a manutenção da “exploração dos trabalhadores”, no caso dos homens, com o acréscimo da “opressão” no caso das mulheres. A partir desta afirmação, Leacock argumenta que

Compreender essa forma de família e suas origens é fundamental para a interpretação da estrutura social, passada e presente, como também para entender como lutar até alcançar a vitória pelo direito de todas as pessoas do mundo a tomar decisões a respeito do seu futuro. Relegar os modelos de família a questões secundárias afetas ao ‘papel da mulher’ tem obstruído nossos esforços no sentido de compreender as origens da sociedade de classes, a dinâmica de sua perpetuação e a forma de sua negação absoluta (LEACOCK, 2019, p. 48).

Um segundo passo em direção à crítica elaborada por nossa autora, em um percurso de mais de trinta anos, refere-se às ciências sociais, em especial à Antropologia, entrelaçadas a análises gnosiológicas. Leacock propõe uma crítica antropológica às falsas concepções de mundo que até a primeira metade do século XX hegemonicamente favoreciam uma história colonial de sociedades “tribais” como “estáticas” ou paralisadas, “corroída por distorções baseadas em sexo, classe e raça” (LEACOCK, 2019, p. 53, 47).

Leacock se fundamenta em uma investigação a partir das relações de produção e das transformações nas relações sociais e, neste seguinte sentido, pondo-se prontamente contrária a afirmações que sustentam a dominação masculina como universal e a-histórica.

Os leitores dessa pesquisa irão observar que fizemos uma opção por não utilizar o conceito de gênero, pelo entendimento de que, para Leacock, a “análise do status das mulheres nas sociedades igualitárias é inseparável da análise da estrutura socioeconômica igualitária como um todo, e conceitos fundados na estrutura hierárquica de nossa sociedade distorcem ambas as análises” (LEACOCK, 2019, p. 173-174).

Leacock colheu uma variedade de dados antropológicos sobre algumas regiões do mundo que mostram as especificidades do processo de subordinação da mulher fora das relações sociais europeias, demonstrando que os bandos modernos, como os montagnais-naskapi, vivenciaram as relações igualitárias mais próximas daqueles que realmente um dia viveram sob relações plenamente igualitárias (LEACOCK, 2019, p. 68).

Nosso estudo, portanto, refere-se à origem dos fundamentos socioeconômicos e do desenvolvimento histórico da subordinação das mulheres, expostos nos estudos publicados em *Mitos da Dominação Masculina*. Por meio da leitura imanente da obra de Eleanor Burke Leacock, pretende-se caracterizar no primeiro capítulo os aspectos mais gerais da história dos montagnais-naskapi, buscando reunir e reconstituir os elementos que sublinham a existência de relações sociais igualitárias em um período inicial do contato dessa sociedade com os colonizadores europeus, com base na pesquisa histórica e empírica da autora.

Já no segundo capítulo, propomo-nos investigar quais foram as transformações fundamentais ocorridas nas relações econômicas e sociais dos montagnais-naskapi que fizeram destruir a igualdade por eles praticadas e como, nesse transcurso, desenvolveram-se os mecanismos que atuaram decisivamente para o processo de subordinação da mulher. Para tanto, utilizamos também dados de outras sociedades igualitárias sobre o papel social das mulheres a partir dos estudos da autora.

2. A SOCIEDADE IGUALITÁRIA

Para a antropóloga Eleanor Burke Leacock, o estudo sobre os povos ancestrais que formaram as sociedades forrageiras – bandos que viveram da caça de animais, da pesca e da coleta de alimentos silvestres – é essencial para a interpretação da história da humanidade.

Seguindo o caminho percorrido por bandos constituídos de mulheres e homens que evoluíram como caçadores e coletores, é possível, como iremos argumentar com base nos estudos da autora, encontrar mais do que rastros, pois ele está permeado de evidências históricas a serem investigadas e reinterpretadas, a fim de esclarecer aspectos sobre a organização social e econômica dos antepassados da humanidade, com implicações para a análise da sociedade nos dias atuais.

Todavia, para passarmos à discussão concernente às sociedades igualitárias de caçadores-coletores, segundo a concepção de Leacock, não poderemos deixar de mencionar antes os aspectos mais gerais sobre o arcabouço teórico e o percurso investigativo que possibilitou à autora fornecer um estudo antropológico com contribuições para a investigação dessas sociedades, com vistas a compreender as relações entre mulheres e homens e a transformação histórica do “status” das mulheres.

Na apresentação de *Mitos da Dominação Masculina*, Jimenez (2019, p. 18) indica, a partir da pesquisa sobre Leacock, que a atividade intelectual da autora, voltada à compreensão de uma história universal, apresenta dados de “quatro grandes regiões do planeta”, desde os “Estados Unidos e Canadá” até a “Europa, África, além das ilhas do Pacífico”. Essa antropóloga realizou, na trajetória da sua vida, uma série de “revisões bibliográficas e documentais acerca de uma infinidade de povos”, tais como os “iroqueses, os cherokees, os cheyennes, os ojíbuas, os astecas, os bantus, os bembas, os cree, os hurões, os esquimós, os zuni, até os yanomamis do Brasil”, além dos montagnais-naskapi no Canadá.

Ainda na juventude a autora já havia despertado interesse pelos montagnais-naskapi. Como estudante, ela recebeu influência das concepções de dois dos seus professores, William Duncan Strong e Julian Steward, que convergiam com a tese do antropólogo Diamond Fenness de que os povos habitantes da região do Labrador possuíam coletivamente a terra em que viviam e extraíam dela sua subsistência, até o período em que passaram a ter contato com os europeus e o subsequente estabelecimento do “comércio de peles”, no contexto colonial (LEACOCK, 2019, p. 67).

Entre os anos de 1948 e 1949, quando se encontrava ligada à pós-graduação na *Columbia University*, ao acompanhar seu primeiro marido⁴ em viagem à Paris (JIMENEZ, 2019, p. 20), ela pôde intensificar seus estudos sobre os povos nativos na Península do Labrador que “assum[iam] um lugar importante nos debates antropológicos acerca do ‘comunismo primitivo’” (LEACOCK, 2019, p. 35).

Em Paris, ela obtivera acesso aos registros contidos nos diários e cartas de Paul Le Jeune, referentes ao período de 1633-1634, quando da sua estadia no Labrador, em virtude da ação missionária para a qual fora enviado. Le Jeune relatou detalhadamente a forma como se organizava social e economicamente esse grupo, com o objetivo de prestar contas junto aos seus “superiores da Companhia de Jesus na França”. Além desses documentos publicados como as *Jesuit Relations* de 1906 por Reuben Gold Thwaites, Leacock “explorou inúmeras outras fontes históricas dos séculos XVII, XVIII e XIX” reunidos na *Bibliothèque Nationale de Paris* (JIMENEZ, 2019, p. 20).

O estudo etno-histórico⁵ e etnográfico⁶ realizado sobre os montagnais-naskapi, habitantes da região da Península do Labrador no Canadá, onde Leacock esteve por duas vezes acampada, entre 1950 e 1951⁷, resultou em sua tese de doutorado.

Com efeito, as entrevistas e dados coletados sobre a utilização da terra no Labrador e a genealogia das pessoas do grupo que ela investigou revelaram o oposto da posição comumente aceita à época, segundo a autora, que cita o caso de Frank Speck, um renomado pesquisador, especialista no estudo de povos nativos norte-americanos e um dos que propuseram a tese de que os montagnais-naskapi, embora caçadores e coletores, “possuíam e herdavam suas terras individualmente” (LEACOCK, 2019, p. 67).

⁴ Leacock foi casada primeiramente com o cinegrafista Richard Leacock, com quem teve quatro filhos. Nos anos de 1960, casou-se com James Haughton, “ativista radical do movimento negro” nos Estados Unidos, com quem atuou na “organização do Harlem Unemployment Center, renomeado, em 1969, com o imperativo título Fight Back” (JIMENEZ, 2019, p. 16, 20, 32).

⁵ Existe uma discussão em torno da definição da etno-história, segundo Cavalcante (2011, p. 359), sendo que a concepção que a considera como “um método interdisciplinar que conjuga dados e métodos da antropologia, da história e da arqueologia é a que encontra maior ressonância”. Nesse sentido, tal método é o estudo para “compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica”.

⁶ Segundo Matos (2011, p. 53), a etnografia “é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia, é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo”.

⁷ Leacock informa em uma nota de rodapé que os dados coletados nos dois verões que passou com os montagnais-naskapi, entre “Natashquan, na margem norte do Rio São Lourenço, e em Northwest River, em Hamilton Inlet, respectivamente”, esteve em contato com “informantes” caçadores do centro e da região sudeste da Península do Labrador (LEACOCK, 2019, p. 104).

Até então, segundo Leacock, os estudos sobre os montagnais-naskapi constituíam um importante argumento para a defesa de que a propriedade privada seria um dado universal e, portanto, o comunismo primitivo defendido por Morgan e Engels, não teria existido. Leacock motivara-se pela investigação dessa sociedade tida como “referência” para a comprovação de tal tese, tendo sido a sua pesquisa uma confirmação do oposto e a reafirmação da posição dos seus professores (LEACOCK, 2019, p. 67).

Desta maneira, de um lado, Leacock rompe com toda interpretação mistificadora das relações sociais nas sociedades anteriores ao surgimento das classes, que partiam de “princípios hierárquicos” e justificadores da apropriação privada da propriedade, respondendo “invariavelmente, com um argumento construído sobre a base do método do materialismo histórico” (JIMENEZ, 2019, p. 17).

Por outro lado, os resultados do estudo de Leacock que enfatiza as relações entre homens e mulheres montagnais-naskapi, revelaram como as relações de produção e, conseqüentemente, as relações entre os indivíduos se davam de forma igualitária, comprovando assim, a tese da existência histórica do “comunismo primitivo”.

Soma-se a isso o tratamento de dados etno-históricos e etnográficos que propiciaram-lhe analisar o longo processo de transformações sociais pelo qual passaram as sociedades igualitárias que se depararam com a expansão mercantilista e a conquista pela colonização europeia apreendendo a essência e a dinâmica delas e a emergência das desigualdades de classe como consequência de seu declínio.

Para tanto, Leacock toma como referência principal da investigação sobre os montagnais-naskapi os relatos jesuítas que datam do século XVII, além, é claro, da sua própria pesquisa *in loco*. Nesse sentido, apesar de partir do estudo de uma cultura específica, a autora oferece em suas discussões no decorrer de toda a obra um panorama de dados etno-históricos, que atravessaram os séculos XVII, XVIII e XIX, primordialmente, lançando mão, segundo o que ela própria argumenta, da variedade de registros etnográficos “reunidos em grande quantidade pelos antropólogos profissionais” do século XX (LEACOCK, 2019, p. 40, 177).

Na abordagem escolhida pela autora, vale salientar, apresenta-se também uma perspectiva transcultural, conforme sugere o subtítulo da obra. Segundo o sentido empregado por Leacock sobre esse conceito, trata-se da análise comparativa entre as diferentes culturas acerca dos papéis sexuais, a fim de demonstrar, a partir da reinterpretação dos dados

etnográficos, as verdadeiras relações entre homens e mulheres nas sociedades igualitárias estudadas pela antropologia.

Nesse preciso sentido é que Leacock expressa em seu texto a preocupação com as “generalizações transculturais” na apreensão dos “papéis sexuais antes do período do colonialismo europeu”, que incorrem geralmente em deturpações de análises “devido à ênfase atribuída a supostos universais de comportamentos e atitudes relacionadas ao sexo que desconsideram as profundas mudanças ocorridas desde então” nessas sociedades (LEACOCK, 2019, p. 287, 286).

Logo, a autora demonstra a fundamental importância de uma análise na perspectiva transcultural que esteja voltada e comprometida com a pesquisa e a interpretação das informações disponíveis das culturas não europeias “neutralizando os estereótipos estabelecidos pela antropologia-pop sobre os papéis sexuais e descrevendo uma verdadeira sociedade de caça”. Esse é o significado que ela demonstra em seus trabalhos (LEACOCK, 2019, p. 266).

Leacock, partindo desse arcabouço, argumenta de forma pormenorizada em *Mitos da Dominação Masculina* que a dominação masculina não é um dado humano universal. Com isso, ela esclarece o processo que possibilitou a subordinação das mulheres.

Em conclusão, pôde-se observar nos artigos que compõem o estudo publicado o percurso trilhado por Leacock desde a juventude, com sua dedicação às pesquisas antropológicas acerca das sociedades igualitárias até o seu encontro com os povos nativos do Canadá, onde Leacock faz questão de deixar claro que um conjunto de questões acerca da coletividade e das relações de igualdade dos montagnais-naskapi – como uma autêntica sociedade igualitária em processo de transformação – tem muito a elucidar.

Diante dessas necessárias observações, passaremos ao caminho que nos levará ao nosso objeto, qual seja, compreender os fundamentos ontológicos que tornaram possível social e historicamente a subordinação da mulher, com base nos estudos de Leacock.

2.1 Montagnais-naskapi: uma sociedade sem classes

Para apanharmos a tese de Leacock sobre a origem das desigualdades nas relações entre mulheres e homens, é indispensável iniciar pela sua compreensão da natureza e funcionamento das sociedades igualitárias e, de modo concomitante, trilhar o percurso da

autora que tinha no horizonte contribuir para a confirmação da existência do igualitarismo, capturando, assim, informações acerca desse modo de vida, ainda não satisfatoriamente explorado ou feito a partir de deturpações, segundo o que diz a autora de *Mitos da Dominação Masculina*.

A descrição de Leacock acerca da organização social igualitária parte dos montagnais-naskapi do Labrador como representativa de outras culturas igualitárias. Todavia, ela aponta duas importantes observações nesse primeiro momento: que os caçadores-coletores que assim são denominados na contemporaneidade não se tratam mais de sociedades que sobrevivem da “economia forrageira” como as do passado; e que há uma imprecisão nas informações e dados que circulam acerca do “comportamento social” dos caçadores-coletores em relação ao período que precede à colonização (LEACOCK, 2019, p. 335).

Porém, segundo o que assegura a autora, também são poucas as sociedades como os montagnais-naskapi que possuem registros esclarecedores a partir do contato comercial com sociedades ocidentais mercantilistas e, não raramente, são fruto das anotações dos missionários “que aprenderam as línguas e estudaram as culturas dos povos aborígenes como parte do esforço para convertê-los ao cristianismo” no bojo dos anseios coloniais (LEACOCK, 2019, p. 335, 362, 53).

Em vista disso, Leacock destaca com frequência tanto os dados que emergem dos registros de Le Jeune (das *Relations*) e de outros “observadores”⁸ do contexto colonial quanto da sua própria pesquisa de campo, além de pesquisas realizadas até a primeira metade do século XX⁹, na reconstrução etno-histórica dos montagnais-naskapi. Mas de modo constante ela enfatiza os registros do passado dos montagnais-naskapi, conforme é descrito, como ilustrativos de uma considerável parte do modo de vida igualitário, que a seguir será exposto.

A estrutura econômica deles baseava-se na pesca, na coleta e, sobretudo na caça, utilizavam instrumentos como arcos, flechas, lanças e armadilhas. Animais peleiros, como castores e alces, forneciam a carne para imediato consumo e, ainda, poderia ser defumada e

⁸ No caso dos missionários jesuítas, além de Le Jeune, também é citado outro padre relator, Bartholemy Vimont. Leacock inclui como observadores ainda os comerciantes europeus como no exemplo de outra importante fonte desses registros do passado, nesse caso, os “*Mistassini Diaries*” do século XIX que eram “mantidos por comerciantes da Companhia da Baía de Hudson” no Labrador, cujos relatos citam “casos de mulheres da parte ocidental do Labrador” acerca da sua posição social igualitária (LEACOCK, 2019, p. 93, 79, 73).

⁹ Frank Speck (1917; 1927); Julius Lips (1947); William Duncan Strong (1929); I. A. Halloweel (1932), para citar alguns nomes de pesquisadores referenciados por Leacock, também estudiosos dos povos do Labrador.

armazenada. As peles, por sua vez, eram utilizadas para a confecção de roupas, coberturas para as tendas, correias para as raquetes etc. (LEACOCK, 2019, p. 69-70).

Leacock registra que os montagnais-naskapi habitavam em cabanas ou tendas com uma média de dezoito pessoas cada, cerca de três ou quatro famílias, formando os bandos familiares, sendo que nos invernos utilizavam para seu deslocamento as raquetes e trenós – estavam em constante movimento, seguindo livres pelas trilhas das florestas que pudessem lhes garantir os meios de subsistência –, e nos verões faziam uso de canoas, quando geralmente se encontravam com outros bandos à beira de rios, lagos ou praias da região, onde interagiam e fabricavam ou arrumavam seus instrumentos, tais como canoas e raquetes (LEACOCK, 2019, p. 69, 70, 85, 105).

Dessa forma, viviam em pequenos grupos, espalhando-se e se reencontrando sempre que necessário. Em função dessa alta mobilidade, os instrumentos de trabalho feitos de pedra, não poderiam ser levados de um lugar a outro antes do contato com o comércio europeu e mesmo depois, durante um longo período (como veremos no decorrer do texto) já em contato com novas ferramentas de ferro e aço, além de trenós, canoas etc., pois “pesa[vam] muito para serem carregad[o]s e, com frequência, pode[r]iam ser deixadas nas florestas no verão” (LEACOCK, 2019, p. 268, 117).

Mulheres e homens poderiam participar da produção dos instrumentos. Vestiam-se com roupas produzidas pelas mulheres, tendo o couro como matéria-prima também para a confecção dos famosos calçados “mocassins”. Após o contato com o comércio, elas continuaram a fabricar “as próprias canoas, os sapatos de neve, as lanças de pesca, os trenós e tobogãs”, mas já com o incremento da “*crooked knife* – uma afiada lâmina de aço, com a ponta curvada para cima, montada em uma peça de madeira” (LEACOCK, 2019, p. 69).

Em suma, no passado dessas pessoas, todas elas, entre “Homens, mulheres e crianças[,] viajavam juntos, cada um trabalhava e contribuía para o grupo na medida de suas capacidades” (LEACOCK, 2019, p. 70).

Ao assinalar as estratégias de sobrevivência dos montagnais-naskapi, a autora indica que eles acampavam na mesma área por curto período em vista da permanente exposição às intempéries e limitações naturais que impunha restrições sobre todos, em meio a um ambiente permeado de adversidades que determinavam e exigiam de cada indivíduo sua contribuição para garantir a subsistência de todos do grupo, baseada na caça e na coleta (LEACOCK, 2019, p. 69).

Nesse aspecto, Leacock relata que no verão era comum a coleta de “oleaginosas, frutos silvestres e raízes” enquanto no inverno, a exemplo daquele dos primeiros anos de 1930 em que Le Jeune esteve acampado com os montagnais-naskapi, voltavam-se à caça de animais. Nesse mesmo período, o jesuíta presenciou um inverno “difícil” em virtude da “pouca quantidade de neve” que impossibilitava uma boa caça de animais como os alces (LEACOCK, 2019, p. 69-70).

Passagens como estas, entre as inúmeras descritas em *Mitos da Dominação Masculina*, especialmente nos capítulos dedicados à forma de viver dos montagnais-naskapi, são, para Leacock, reveladoras e demonstrativas da forma de igualdade que emerge das sociedades de bandos caçadores-coletores.

Os dados revelam ainda que se, por um lado, a comida escassa e o medo¹⁰ da morte era um sentimento constante, por outro lado, a vida difícil só era possível de ser enfrentada, mediante a solidariedade e a iniciativa que exigia de cada um, respeitando suas disposições, uma parcela necessária de contribuição à existência do grupo de modo que não se observa nos relatos, afirmações de pessoas vivendo do trabalho dos outros (LEACOCK, 2019, p. 268).

A forma igualitária de organização econômica e social tornava possível, assim, uma “ética social” que “demandava generosidade, cooperação e paciência” de todos os indivíduos da sociedade (LEACOCK, 2019, p. 70).

Portanto, antes de seguir com a caracterização da vida comunitária entre os montagnais-naskapi, é importante enfatizar esse primeiro aspecto, fundamental para a concepção da autora: todas as pessoas contribuíam para tirar da natureza o necessário à sobrevivência do grupo.

Em posse de “um rico acervo documental sobre a vida dos bandos” caçadores-coletores possível no século XX, a autora esclarece que há uma variedade de formas ou tipos de subsistências, de disponibilidades do acesso a recursos naturais e de “variações sazonais” entre grupos de regiões diferentes¹¹ e áreas de uma região. Tais fatores podem interferir, por

¹⁰ Leacock explica que, entre os montagnais-naskapi, o medo provocado por situações extremas de fome em que “os doentes ou idosos” eram deixados “para trás” enquanto os mais jovens necessitavam avançar “em busca da caça”, era expresso como *witigo*, que é a representação de um “monstro canibal”. Além disso, na nota de rodapé da página 165, a autora acrescenta que esse “é o lado trágico da mesma responsabilidade social”: tanto o grupo de caça deve seguir pela busca de sobrevivência quanto “os próprios velhos” escolhem ficar. Esse é “um recurso necessário à sobrevivência do grupo” (LEACOCK, 2019, p. 57, 268, 165).

¹¹ “As pessoas que vivem em áreas onde as variações sazonais de peixe, raízes e culturas frutíferas são relativamente asseguradas têm a possibilidade de manter hábitos mais regulares e estáveis do que povos

exemplo, na forma de organização do “tamanho do bando” e dos seus “movimentos”. Porém, a cooperação entre os indivíduos é uma qualidade das relações nas sociedades igualitárias (LEACOCK, 2019, p. 148).

Leacock, nesse sentido, discorre sobre os laços de cooperatividade intrínsecos aos povos caçadores-coletores, afirmando que

Costumeiramente, as migrações sazonais envolvem períodos em que os bandos se reúnem para festividades e atividades de socialização e ainda pode haver épocas em que os bandos devem fragmentar-se em unidades menores, espalhando-se por uma área mais vasta. Qualquer que seja o padrão específico, contudo, a natureza cooperativa do bando é sua característica essencial. Embora as pessoas possam dispersar-se por amplas áreas, elas sabem como alcançar umas às outras quando precisam de ajuda, e uma família praticamente faminta reparte o alimento com outra família em pior situação de modo tão natural como se fôssemos nós compartilhando um pacote de goma de mascar (LEACOCK, 2019, p. 148).

Os montagnais-naskapi, que utilizavam a própria língua¹² no dia a dia, na contação de histórias e na educação dos filhos, foram retratados em diversos aspectos nas passagens reproduzidas nos escritos de Le Jeune sobre a “vida cotidiana”, mas destacam-se aquelas, para Leacock, que descrevem o princípio de autonomia e a “disposição para ajudar” (LEACOCK, 2019, p. 69-70).

De acordo com Leacock, todos contribuía para o bem-estar do grupo, não havia sentimentos de posse, disputas ou competição, sendo a autonomia pessoal verdadeiramente praticada entre mulheres e homens sem qualquer distinção. Os registros fornecidos pelo *Jesuit Relations*, embora tivessem como intenção expressar as atitudes e planejamentos do programa jesuítico para a “catequização” dos montagnais-naskapi, ofereceram, segundo ela, dados que contribuíram para uma infinidade de esclarecimentos acerca dessa sociedade (LEACOCK, 2019, p. 85).

Até aqui, as passagens destacadas poderiam oferecer o suficiente sobre o significado social de características como a autonomia e a solidariedade, que assinalam a vida dos montagnais-naskapi. Não obstante, em vista da importância que Leacock atribui à

caçadores que vivem em regiões onde os movimentos da população animal são menos previsíveis” (LEACOCK, 2019, p. 148).

¹² Língua “algonquina” como outros grupos nativos americanos que pertencem a essa mesma família linguística e possuíam estilos de vida semelhantes como os Crees, moicanos, delawares, ojibwas, shawnees e algonquinos. No passado esses povos se localizavam ao sul do Canadá (área norte do rio São Lourenço), com o passar dos tempos ocuparam uma parte da área que vieram a constituir os Estados Unidos e o Canadá (BRITANNICA ESCOLA, 2020).

qualificação de algumas características, parece necessário que nos detenhamos um pouco mais para a correta compreensão da forma igualitária de viver.

2.2 Uma igualdade qualitativamente diferente

Ao discutir a relação entre sociedade e indivíduo, a nossa autora afirma explicitamente que o modo igualitário dos caçadores e coletores – não apenas os montagnais-naskapi, mas também tantas outras “culturas” ao redor do mundo – possibilitava “uma considerável aceitação” e “uma significativa margem para a expressão da individualidade”. Isto é, as evidências históricas por ela analisadas contradizem

[...] a inferência comumente encontrada de que o igualitarismo entre os povos “primitivos” implica em pensar-se o indivíduo em um molde determinado por severas necessidades, de modo que esse igualitarismo seria alcançado à custa da individualidade, encontramos entre os naskapi, não meramente uma larga “tolerância”, mas uma aceitação genuinamente positiva a respeito das idiossincrasias de cada um, desde que estas não ameacem a existência do grupo (LEACOCK, 2019, p. 80).

A autora, em não poucas passagens, expressa ter presenciado em sua pesquisa de campo situações de igualdade entre os montagnais-naskapi, embora sejam considerados por ela os séculos de mudanças ocorridas na forma de viver dos montagnais-naskapi desde que iniciaram o contato com os europeus, através do comércio de peles e da ação missionária. Uma demonstração dessa igualdade refere-se diretamente, já em meados do século XX, a uma das vezes em que esteve acampada com os montagnais-naskapi do leste do Canadá.

Entre os montagnais-naskapi, Leacock pôde perceber como os indivíduos eram verdadeiramente respeitados na realização das atividades cotidianas, independentemente da “idade ou sexo”. Ou seja, somente em uma sociedade que ainda carregava traços das antigas relações igualitárias, os indivíduos até aquele momento se relacionavam de maneira em que tanto suas habilidades eram estimadas quanto havia “uma considerável tolerância no que tange a suas fraquezas” (LEACOCK, 2019, p. 77).

Com isso, o “desempenho” individual ou o desenvolvimento das capacidades de cada um em nada acarretaria na vida de outras pessoas. Essa questão caberia à pessoa, não havendo qualquer necessidade de justificativas, julgamentos etc. com base na opinião de outrem. Tanto o “talento” ou a “inépcia” eram considerados como tais pelo indivíduo e pelo grupo. Leacock diz que

[...] ao negociar a compra de uma canoa, fui surpreendida pela maneira direta com que meu informante fez pouco caso da habilidade de seu irmão em construir uma canoa. Old Pien, disse ele, é quem faz uma boa canoa. Mais tarde, questionei o irmão para apanhar o outro lado da história – assim eu pensava – e para minha surpresa, ele me disse prontamente: “Eu faço uma péssima canoa. Old Pien é quem faz uma boa canoa.” O irmão, contudo, fazia bonitas raquetes de neve e mostrava-se naturalmente orgulhoso do seu trabalho. Consistentemente, eu encontrei esse tipo de reação entre os naskapi, com habilidades e inabilidades casualmente consideradas pelo que de fato eram: as primeiras, respeitadas; as últimas, simplesmente aceitas (LEACOCK, 2019, p. 77).

Mas é claro que, assevera a autora, se uma pessoa desenvolvia-se bem em alguma atividade, todo o grupo se beneficiaria. Os montagnais-naskapi, desta forma, atuavam segundo o princípio de que “quanto mais capaz fosse um indivíduo qualquer, melhor seria para os outros indivíduos”, ao passo que se “as necessidades fossem apropriadamente compartilhadas, uma pessoa mais capaz não deixava desempregada uma menos capaz, mas aumentava a quantidade de alimentos disponíveis no acampamento” (LEACOCK, 2019, p. 336).

Para elucidar essa questão da autonomia do indivíduo, voltando ao Labrador nos anos de 1630, Leacock afirma, com a ajuda dos registros jesuíticos, que não poderia haver um comando ou direção das atividades coletivas, pois

[...] a interdependência direta e essencial no seio do grupo como um todo necessitava dessa autonomia e, ao mesmo tempo, tornava-a possível enquanto um sistema viável – *a completa interdependência era inseparável da autonomia real* (LEACOCK, 2019, p. 57, grifo da autora).

Como resultado disso, a realização da “autonomia individual” estava associada à “solidariedade” de todos por todos, afirma Leacock. Ainda que sob restrições para tirar da natureza o necessário à vida, que representava uma barreira ao desenvolvimento das sociedades de caçadores-coletores, era possível estabelecer relações pautadas na “generosidade”, na “cooperação”, na “paciência” e no “bom humor”. Para a autora, o fundamental para observar nessa discussão é exatamente o respeito à individualidade que pressupunha “a prática de jamais impor sobre os outros a própria vontade” (LEACOCK, 2019, p. 57, 80).

Sucintamente, a autonomia do indivíduo, para Leacock, uma “marca da sociedade dos montagnais”, também é, em geral, uma “característica da vida comunitária dos povos

fORAGEIROS”. Desta forma, a autora não abre mão de dissecar as características fundamentais que revelam a sociedade igualitária como uma “forma organizacional qualitativamente diferente” do “bando moderno” (LEACOCK, 2019, p. 268, 179).

A concepção de Leacock sobre a autonomia individual enquanto um princípio universal do igualitarismo, a partir do estudo de caso dos montagnais-naskapi, considera o fato de que se tratava de uma sociedade que não conhecia “líderes”, muito embora os relatos dos jesuítas informassem a existência de “chefes”, a partir dos conceitos, ou melhor, pré-conceitos de quem observava aquele povo. Este é, cabe ressaltar, um dos pontos de partida apresentados pela autora, qual seja: a autoridade essencial do bando, em qualquer aspecto, é uma questão apenas de influência pessoal.

Em Leacock, claro está que qualquer forma de “prestígio” e “influência individual precisavam ser constantemente validados na vida cotidiana por meio da sabedoria e da habilidade de contribuir para o bem-estar do grupo” naquela sociedade igualitária. A “liderança como a concebemos”, afirma Leacock, entre eles não era “fraca” ou “incipiente”, mas era “irrelevante” (LEACOCK, 2019, p. 179-180). Em um dos trechos das *Jesuit Relations* citados pela autora, pode-se ler:

Toda a autoridade de seu chefe encontra-se na ponta da língua, uma vez que este seria poderoso à medida que fosse eloquente; e, mesmo que se mate de falar e argumentar, ele não será obedecido, a menos que agrade aos selvagens (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 87).

Leacock elucida que essas pessoas que eram vistas como “chefes”, na realidade eram aquelas que tinham melhores condições para a resolução de uma determinada questão e, nesse contexto, por exemplo, poderiam agir como “porta-vozes” (*sagamores* ou *headmen*) nos processos de negociação. Tratava-se de pessoas com maior “habilidade retórica” que se tornaram intermediários dos colonizadores franceses com outras sociedades nativas. Na realidade, não apenas a França buscava realizar negócios nessa região. Desde o século XVI, os ingleses também disputavam pelo comando do comércio de peles no São Lourenço e chegaram a ocupar o território do Canadá por um determinado período (LEACOCK, 2019, p. 57, 71-72).

Recorremos a uma transcrição do registro de outro padre, Baird, que demonstra o que foi mencionado acima:

Eles amam a justiça e odeiam a violência e o roubo, algo realmente notável em homens que não têm leis nem magistrados; pois, entre eles, cada homem é seu próprio senhor e protetor. Eles têm *sagamores*, isto é, líderes na guerra; mas a autoridade destes é muito precária, se, de fato, eles chegavam a exercer autoridade, uma vez que a obediência não é de modo algum obrigatória (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 268).

A essa altura, antes que o processo de aculturação tivesse sido implementado, os montagnais-naskapi tomavam as decisões mais elementares mediante ampla discussão, “com disponibilidade para o consenso”, de maneira que nenhum “intermediário” ou “porta-voz” poderia decidir por si mesmo. Não possuíam, até esse período, nenhuma relação de poder que pudesse lhes configurar prestígio ou distribuição de cargos, chefias ou qualquer tipo de domínio (LEACOCK, 2019, p. 57, 71).

As elaborações acerca dos bandos caçadores-coletores, argumenta Leacock, a partir de “padrões de autoridade” e de propriedade, conhecidos por pessoas educadas em sociedades de classe, como essa visão dos “observadores” europeus sobre os montagnais-naskapi, no exemplo antes mencionado de um padre jesuíta, pode recair em análises que “mistificam” como as pessoas estabeleciam acordos em sociedades que não conheciam a autoridade, ou seja, “a dicotomia público-privada ou jurídico-familiar, tão importante em sociedade hierarquicamente organizadas, ali não possuía relevância” (LEACOCK, 2019, p. 181).

Prosseguindo nessa linha crítica, mas tratando da natureza da relação entre as pessoas de um bando, a antropóloga oferece um relato obtido a partir de sua própria experiência quando esteve no Labrador entre 1950 e 1951. Nesse relato, Leacock afirma que

As dimensões da autonomia interpessoal são de difícil compreensão para uma pessoa sociabilizada em uma estrutura social na qual a hierarquia permeia aquelas relações que deveriam ser as mais próximas e calorosas. Uma falta de deferência pode parecer frieza; uma solicitação mais direta – muitas vezes formulada sem um “por favor” e soando como um comando – pode parecer autoritária. A enorme sensibilidade em relação aos sentimentos não declarados de outras pessoas e a prontidão para ajudar, tanto por parte dos homens quanto das mulheres, são difíceis de observar. É preciso tempo para distinguir áreas nas quais direções podem ser dadas sem a interferência na autonomia de outra pessoa e áreas nas quais até mesmo uma mais incisiva declaração de intenção é descartada como imposição inaceitável de uma decisão sobre outrem (LEACOCK, 2019, p. 270).

Especialmente quando se refere às relações entre mulheres e homens, Leacock admite que é “tentador” observá-las seguindo a tendência de enxergar naquelas relações com traços ainda igualitários, comportamentos que são análogos à cultura ocidental, ou seja, identificar na relação entre aquelas mulheres e homens “deferência em ações” que são consideradas

como respeitadas entre nós. Porém, logo em seguida ela afirma: “ainda assim, podemos estar completamente enganados” (LEACOCK, 2019, p. 270).

Isto posto, Leacock continua a argumentação:

Em consonância com a prática analítica comum de estabelecer categorias concebidas quantitativamente para fins comparativos, poder-se-ia argumentar que decisões tomadas por um ou vários indivíduos são mais privadas, ao passo que decisões que afetam maior quantidade de pessoas são mais públicas, e processos de decisão poderiam ser computados e pesados de acordo com esse parâmetro (LEACOCK, 2019, p. 181).

Antes de passarmos para a importância do processo de “tomada de decisões” há pouco referido, mas já nos dirigindo a essa discussão, vejamos dois comentários da autora sobre o problema em analisar as sociedades igualitárias, com base em paradigmas “hierárquicos” como aludidos na citação acima (ou distorção e ignorância etnocêntrica, assim também denominados por Leacock) que incorrem na deturpação da igualdade nestas sociedades.

No primeiro comentário, em uma das passagens descritas por Le Jeune, Leacock destaca que a “independência” das mulheres incomodava deveras os missionários. De um lado, na visão dos “observadores”, elas eram “escravas”. Por outro, as mulheres possuíam um “grande poder”, como é citado numa passagem do próprio Le Jeune, pelo fato de que cabia às mulheres a escolha do melhor período e ações para as “viagens e invernações” do grupo. Portanto, se analisadas em detalhes, os relatos levam a interpretações conflitantes, até mesmo no interior de uma única fonte (LEACOCK, 2019, p. 71).

A tarefa dos jesuítas, nesse sentido, foi a de mudar o rumo dessas relações. A antropóloga afirma que eles condenaram a autonomia das mulheres, como a “liberdade sexual”, além de outras que, até então, eram praticadas por todos os indivíduos, sejam mulheres ou homens (LEACOCK, 2019, p. 72). Voltaremos a este aspecto mais diretamente no segundo capítulo, quando apresentarmos a discussão sobre os papéis sexuais, para entendermos os efeitos da educação jesuítica articulados ao comércio de peles, sobre a posição social das mulheres entre os montagnais-naskapi, sempre segundo Leacock.

O segundo comentário diz respeito aos “xamãs”, ou como se conhece tradicionalmente, sacerdotes – “pessoas de influência pessoal considerável” – que entre os montagnais-naskapi do século XVII poderiam ser mulheres ou homens. Esse seria um exemplo que denota os “papéis públicos” que possuíam tanto mulheres quanto homens, mas

que não se encontra citado nas pesquisas etnográficas contemporâneas, segundo o que afirma a autora (LEACOCK, 2019, p. 321).

Por outro lado, as referências das *Jesuit Relations*, analisadas pela autora, demonstram como “as mulheres não eram menos influentes que os homens”, a exemplo do episódio que trata do caso de uma xamã que “exortava seu povo a deixar de lado a timidez e lutar contra os iroqueses¹³ quando um jesuíta tentou detê-la”. Ela imediatamente puxou uma faca, ameaçando “matá-lo se ele continuasse a interferir na situação” (LEACOCK, 2019, p. 322).

A interpretação dos dados disponíveis, portanto, defende Leacock, deve considerar o tipo de relações que se opera em sociedades igualitárias, ou seja, um tipo de igualdade qualitativamente distinto, em que pese uma realidade social onde o indivíduo está em conexão com o grupo, seja do ponto de vista da autonomia individual, dos laços de solidariedade, da influência pessoal, etc. Dessa forma, essas características, que indicam um processo social fundado sobre a “base econômica para a cooperação”, também devem ser apreendidas como qualitativamente diferentes em relação aos bandos sucessores (LEACOCK, 2019, p. 96).

Portanto, é importante sublinhar os pontos que foram citados a partir dos comentários de Leacock, pois eles seguem merecendo atenção: em sociedades igualitárias, mulheres não poderiam ser escravas, nem tampouco possuir qualquer “poder”; “xamã” era um termo designado para pessoas por sua habilidade, independente do sexo; indivíduos identificados como “chefes”, nesse período da história dos montagnais-naskapi, possuíam nada além do que atributos pessoais relacionados à arte de bem se expressar. Em todos os casos, que nesse momento interessa caracterizar, mulheres e homens eram autônomos e poderiam exercer influência pessoal.

Feito assim, para alcançarmos o processo investigativo de Leacock e aprofundar no estudo das sociedades igualitárias que precederam a emergência das classes sociais, é fundamental compreender a articulação desses temas que estamos tratando. Nas palavras de Leacock,

¹³ Como prática comum ao longo da história colonial, as grandes potências europeias utilizavam os nativos como “intermediários” ou “interlocutores” para a interiorização dos interesses comerciais e de dominação econômica. No caso dos montagnais-naskapi, a chegada do comércio após o contato com os europeus “provocou uma guerra prolongada com os iroqueses sobre as terras propícias à caça de animais peleiros”, principal produto desse comércio que estava se estabelecendo. Eles não foram os únicos. São também citados os “hurões”, igualmente norte-americanos, que, desde os “primeiros dias coloniais”, encontraram nos iroqueses, “apoiados” pelos holandeses, grande rivalidade. Os “hurões” tiveram suas aldeias destruídas pelos iroqueses na disputa travada “pelo acesso a peles para o comércio e a terras favoráveis à caça de animais peleiros” (LEACOCK, 2019, p. 81-82, 269, 280).

Indico que a autonomia pessoal era concomitante à direta dependência de cada indivíduo em relação ao grupo como um todo. A tomada de decisões nesse contexto demanda conceitos diferentes dos nossos, referentes a líder e liderado, dominante e deferente, não importando quão vagamente tais conceitos possam ser aplicados (LEACOCK, 2019, p. 179).

Isto é, abre-se aqui um conjunto de questões que cabe melhor ser examinado, segundo nossa autora, acerca do processo de tomada de decisões como possibilidade concreta da qual todos os indivíduos poderiam usufruir em uma sociedade de bando como os montagnais-naskapi. Afinal, trata-se de relações igualitárias assentadas sobre as bases de uma economia, divisão do trabalho e organização familiar radicalmente diferentes daquelas que podem ser vistas nas sociedades fundadas pela propriedade privada e que já contêm o Estado, as classes sociais e a família monogâmica.

2.3 “Tomada de Decisões” nas sociedades igualitárias: grupos multifamiliares cooperativos e economia coletiva

Iniciemos pela afirmação que adiciona elementos importantes aos argumentos de Leacock expostos até aqui. Segundo a compreensão da autora, “a natureza disseminada do processo de tomada de decisões em sociedades anteriores à existência das classes” é “a chave para se entender como tais sociedades funcionavam como ‘coletivos’” (LEACOCK, 2019, p. 55-56).

Referindo-se ao resultado de pesquisas antropológicas e históricas realizadas com culturas africanas como, por exemplo, os “balondas”, que são “um dos povos bantus, do Congo”, a autora afirma que a tomada de decisões consciente e autônoma dos indivíduos é um processo fundamental para o entendimento das sociedades igualitárias, como citado no parágrafo anterior, complementando que os estudos sobre os montagnais-naskapi, nesse sentido, também oferecem elementos esclarecedores (LEACOCK, 2019, p. 54-56).

Uma vez estabelecido esse pressuposto, nós nos ocuparemos, a partir de agora, em analisar como para Leacock se realiza a “dialética envolvida na tomada de decisões” (LEACOCK, 2019, p. 65), as fontes que proporcionaram historicamente tal processo e como ele perpassava toda a vida familiar e socioeconômica dos montagnais-naskapi.

Vejam, por certo, como a autora realiza a articulação dessas questões.

Tocando a princípio na “natureza” das escolhas individuais, um dos aspectos mais representativos tratados por Leacock diz respeito aos critérios para se morar junto na mesma

cabana ou integrar um determinado bando. Tais critérios passavam pela decisão de cada pessoa, portanto, era algo “flexível”, embora tivesse de obedecer à necessidade última de “manter um equilíbrio entre homens e mulheres, adultos e crianças” por bando, para distribuição das pessoas “em relação à caça que uma determinada área proporcionava” (LEACOCK, 2019, p. 78).

Ou seja, na interpretação da autora, os bandos eram flexíveis quanto à afiliação, e as decisões individuais que orientavam as “mudanças de um bando para outro tanto de homens quanto de mulheres” eram tão variadas que apenas algumas poderiam ser “suficientemente formalizadas” como “padrões” entre os montagnais-naskapi, sendo um desses “padrões” justamente a “reduzida importância dos vínculos territoriais” (LEACOCK, 2019, p. 106).

Nesse sentido, é constatado que a definição do local de moradia após o casamento também era verdadeiramente uma “questão de escolha”. Essa evidência fornece uma demonstração esclarecedora para a autora do significado social da “tomada de decisões” em sociedades igualitárias e como ele é basilar e indispensável para a compreensão da natureza da sociedade igualitária (LEACOCK, 2019, p. 107).

No entanto, nos registros do período de Le Jeune, aponta Leacock, está indicado que, após o casamento, o homem “idealmente” era quem se mudava para próximo da residência dos pais da mulher, como se fosse um padrão estabelecido entre os montagnais-naskapi. E que estavam associadas a essa preferência residencial as relações exógamas¹⁴ entre os grupos (LEACOCK, 2019, p. 86, 107). E o que isto significa para a autora?

Segundo ela, analisando os registros de trás para frente e buscando nas “entrelinhas das *Jesuit Relations*”, não é um equívoco considerar que houve um “exagero” de interpretação dos jesuítas quanto às escolhas de residência “pós-marital”¹⁵, sendo que, naquela época, a

¹⁴ Os termos “exogamia” e “endogamia” aparecem no texto de Leacock como sendo termos utilizados pela antropologia, sendo que a exogamia, no caso dos montagnais-naskapi, corresponde aos casamentos entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos ou bandos, e “endogamia”, aos casamentos entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo ou bando. Por exemplo: para se ter uma melhor ideia do que se refere a autora, ela conta que um dos seus informantes na pesquisa de campo registrou que quando jovem a exogamia era a “norma” de seu tempo. Ele declarou que se “conversa e brinca com as mulheres em Natashquan”, porém, “não se casa com elas”. Estava nos planos dele, após ter ficado viúvo, “ir para Seven Islands” em busca de uma nova relação, em outro bando – isso no começo dos anos de 1950 (LEACOCK, 2019, p. 107).

¹⁵ “Matrilocalidade”, “patrilocalidade” e “bilocalidade” são termos utilizados por Leacock para designar a “escolha” da “residência” após o casamento das mulheres e dos homens, ou seja, “matrilocalidade” mais próxima da família da mulher, “patrilocalidade”, da do homem e a “bilocalidade”, quando poderia residir em qualquer lado.

“matrilocalidade”¹⁶ não era “mais universal do que é hoje [nos anos de 1950] a patrilocalidade”. Afirma-se que os montagnais-naskapi eram, desde os tempos “pré-colombianos” – como se refere a autora – “bilocais” quanto às mudanças em virtude do casamento, em conformidade com a vida flexível dos bandos (LEACOCK, 2019, p. 104).

Porém, nesse mesmo capítulo dedicado à matrilocalidade entre os montagnais-naskapi – ao qual Leacock aponta como uma investigação que tem muita importância para o seu pensamento¹⁷, a autora complementa sua ideia, demonstrando que a matrilocalidade não era predominante no sentido de definição de um padrão formalizado e rígido, mas, apesar disso, sem se contradizer, ela afirma que se constatava esta “preferência” nas escolhas individuais.

No entanto, permanece um problema a ser esclarecido: se não existia superioridade de uns sobre outros, tanto menos com base no sexo, porque haveria, então, maior inclinação à matrilocalidade nas decisões individuais de moradia após o casamento?

Nesse sentido, buscando responder a essa questão, como um possível argumento para a matrilocalidade como favoritismo à escolha residencial, encontramos na exposição das articulações da autora algumas referências. Desse modo, faz-se necessário chamar a atenção para o que Leacock, páginas adiante, irá apontar (na segunda parte da obra) a respeito de um argumento de Morgan¹⁸ em relação à matrilinearidade¹⁹ ou à “descendência pela linha da mulher”. Para ele, essa descendência pelo lado da mulher ocorria em função da necessidade de certificação da “paternidade biológica”. Nossa autora, todavia, afirma, contrariamente a

¹⁶ Há indicações oferecidas pela autora ao longo da obra sobre outras sociedades matrilocais, como os montagnais-naskapi, entre as quais, “bem conhecidas foram os iroqueses e os hurões do nordeste, os cherokees, os creek e os choctaw do sudeste, os hidatsa, os mandan, os arikara, os pawnee e os wichita das Planícies, os hopis e os zuni do sudoeste” (LEACOCK, 2019, p. 280).

¹⁷ A descoberta realizada por Leacock durante sua pesquisa sobre o “uso da terra no Labrador” a respeito de a matrilocalidade representar a forma de residência “primária” “pós-nupcial” na história hodierna dos montagnais-naskapi contrapunha a formulação de Julian Steward, uma das “autoridades” nesse estudo e que possuía grande influência sobre o pensamento de Leacock, desde seu período de estudante. Segundo Steward, os bandos de caçadores-coletores organizavam-se patrilocalmente e o “homem caçava melhor em uma região por ele conhecida desde a infância”. À época, segundo seu próprio relato, ela era “uma jovem mulher, cuja pesquisa caminhava, de inúmeras formas, na contramão da antropologia estabelecida” (LEACOCK, 2019, p. 37- 38).

¹⁸ Lewis Henry Morgan, segundo Leacock, é reconhecido como um dos fundadores da antropologia, mas apesar disso, embora tenha sido presidente da “Associação Americana para o Avanço da Ciência” em uma “subseção” específica para a Antropologia, “nunca assumiu uma posição na universidade”. Além de ter exercido cargos políticos, esse pensador norte americano do século XIX, em sua trajetória como advogado de defesa dos direitos dos povos indígenas americanos, ocupou-se de investigações em especial sobre os iroqueses, que lhe deram a base empírica para suas pesquisas (LEACOCK, 2019, p. 127-128). Em *Mitos da Dominação Masculina* (II parte), nossa autora apresenta sua introdução à obra de Morgan intitulada *Sociedade Antiga*, obra que se tornou a fonte para a produção da *Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels.

¹⁹ Nesta mesma passagem, Leacock adverte que “Matrilinearidade e patrilinearidade são, com frequência, termos inadequados em se tratando da sociedade de bandos, pois, de costume, era mínima sua organização formal de parentesco” (LEACOCK, 2019, p. 151).

essa questão, que tal importância existe na “sociedade ocidental, mas possui pouca relevância em culturas mais igualitárias” (LEACOCK, 2019, p. 151-152).

Nesse contexto, um parágrafo antes da referida citação sobre o entendimento de Morgan acerca da organização do “clã”²⁰ matrilinear, Leacock alega que não se observava uma “pressão” quanto à patrilocalidade na decisão sobre o casamento, mas que, de fato, dava-se em relação à matrilocidade. Todavia, a matrilinearidade que foi associada à matrilocidade pelos “observadores” em geral, como um padrão “matrilinear-matriloal”, no sentido empregado pela autora, tratava-se na realidade de “uma questão de preferências individuais”, ou seja: poderia haver uma situação onde uma filha, ao se casar, tanto ela quanto a mãe poderiam escolher ficar juntas, para que a mãe cuidasse do parto da filha, porém, com o passar do tempo e na medida das “mudanças nas relações e nos movimentos familiares”, elas poderiam se distanciar (LEACOCK, 2019, p. 152, 103).

Novamente, as razões pelas quais os indivíduos decidiam pela matrilocidade resultavam de uma questão de preferência, muito distante das interpretações dos jesuítas ou outros observadores, de tempos remotos ou recentes, como acentuou Leacock.

Decerto, destaca-se na importância desta discussão o fato de que para Leacock: primeiro, sendo uma preferência a tomada de decisão em relação à moradia pós-nupcial, e a matrilocidade apresentar-se como a mais comum entre as preferências individuais, os resultados da sua pesquisa revelaram que existia “um elevado status conferido às mulheres” em sociedades igualitárias como os montagnais-naskapi; e que, em segundo lugar, “a alternativa histórica às instituições patriarcais não são as instituições matriarcais anteriores, no sentido da imagem espelhada do patriarcado” como se verifica, segundo ela, na propensão dos observadores em projetar para outras relações sociais os papéis sexuais de tipo ocidental. Antes das instituições patriarcais, o que existia eram “instituições igualitárias” (LEACOCK, 2019, p. 37, 215).

As considerações sobre os montagnais-naskapi no século XX²¹, ocorridas ao longo do texto, confirmam também a ideia sobre estes pontos que fez notar a autora: mudavam-se de

²⁰ Na discussão sobre as sociedades antigas com Morgan que utiliza esse conceito, Leacock esclarece que a “gens, o clã, ou *sib*, é a unidade social básica entre os povos relativamente estabilizados, mas que não desenvolveram de modo suficiente uma agricultura avançada que exigisse uma organização “política” plena. A gens ou o clã é um grupo de descendência unilinear e há diversos deles em uma vila ou tribo (LEACOCK, 2019, p. 150).

²¹ A configuração entre os bandos montagnais-naskapi no período da pesquisa da autora apresentava variações distintas quanto a preservarem mais ou menos traços igualitários, em relação ao século XVII, como veremos no capítulo II neste estudo.

um lugar para outro todo o tempo, segundo suas necessidades pessoais, embora houvesse uma maior inclinação à matrilocalidade (não representando isto, todavia, a superioridade de um sexo sobre o outro). Justamente pela alta mobilidade, para ela, empregar conceitos como “matrilocalidade” e “patrilocalidade” às sociedades igualitárias acaba sendo “de certa forma um contrassenso”, pois, como já fora mencionado, a liberdade e a “mudança constante” eram as suas “características” (LEACOCK, 2019, p. 109).

Em razão disso, o aspecto da flexibilidade na escolha residencial, para o que aqui pretendemos, também se põe como uma evidência do processo de tomada de decisões. Leacock argumenta que as decisões quanto à mudança de um bando a outro é um processo que “toca o coração mesmo da vida dos montagnais-naskapi” e suspeita que assim também o seja na “vida da maioria dos caçadores” (LEACOCK, 2019, p. 110).

Desse modo, ao mesmo tempo que Leacock demonstra a importância da autonomia e da tomada de decisões de cada pessoa, como no exemplo dado sobre a escolha “pós-marital”, ela evidencia quão complexas são as relações entre os montagnais-naskapi, aparentemente difíceis de serem alcançadas sem algum esforço.

Leacock então explica que,

No caso de uma família que se muda quando uma moça se casa fora de seu bando, pode ser praticamente impossível saber o que aconteceu em primeiro lugar: se foi a decisão da família de mudar-se ou da moça de casar-se fora do bando. Até onde pude observar, a tomada de decisões em torno de assuntos tão importantes era um processo dos mais sutis – na verdade, um enigma para o pesquisador de campo escolarizado em hierarquias competitivas – por meio do qual os membros do grupo descobriam como cada um se sentia, sem se comprometer, até que tivessem a certeza de que haveria um acordo comum. Impressionava-me constantemente a natureza elusiva dos esforços contínuos por parte dos índios de operar unânime, mas informalmente, na direção da maior satisfação individual possível sem qualquer conflito de interesse (LEACOCK, 2019, p. 110).

Essa sensibilidade em relação aos anseios do outro, valorizada nas relações entre as pessoas que dividiam a mesma moradia e a vida comunal, remete também a outro elemento fundamental para a concepção da autora sobre os componentes do igualitarismo – não havia relação entre o casamento e a escolha pela moradia que fosse conectada por vínculo territorial.

Leacock cita um caso análogo, para termos uma ideia mais precisa, relacionada à perda dos vínculos territoriais, por ocasião não do casamento, mas em função da morte dos parentes, situação observada por ela mesma na ocasião da visita à região sudeste do Labrador.

A “reduzida importância dos vínculos territoriais”, afirma a autora, pode ser capturada pela tradição em que o homem deveria deixar

[...] um bando após a morte de todos os parentes próximos pertencentes àquele bando. Por exemplo, quando morreram os parentes diretos de François La Fontaine no bando romaine (ao leste de Natashquan), “Romaine enviou-o a Natashquan” [...]. La Fontaine viveu em Natashquan durante vinte anos e então se mudou para o bando mingan, quando um filho crescido desposou uma mulher natashquan (LEACOCK, 2019, p. 106).

Contudo, a pessoa não era expulsa do bando, complementa a autora, tratava-se de uma preferência pessoal. Ela própria decidia deixar aquele local onde havia estabelecido laços com “entes queridos” e sentimentos de companheirismo, pois se tornava impraticável percorrer “os mesmos córregos e florestas onde ele estivera em companhia de um parente querido”. Essa situação “deixava-o demasiadamente infeliz” (LEACOCK, 2019, p. 107).

Além do mais, o disseminado processo de conhecimento das “condições gerais da caça” possibilitaria o aprendizado do indivíduo, que como François decidiu mudar-se de bando, sobre as “características de um território específico” que ele passasse a caçar, dali em diante, o que diminuiria as dificuldades adaptativas em outro bando (LEACOCK, 2019, p. 152).

Portanto, em outras palavras, o pertencimento ao bando não se baseava em relações territoriais, pois nessas relações eram reconhecidos outros vínculos que guardavam, geralmente, relações de parentesco, conjugais ou escolhas pessoais, em todos os casos, apoiando-se na “afinidade” bastante considerada socialmente, inclusive para a “manutenção de grupos de trabalho amorosos e compatíveis”. Por exemplo, a partir da coleta de dados, durante sua pesquisa, sobre a genealogia de um dos bandos e a organização da “composição dos grupos invernais de armadilheiros” que provavelmente são os “sucessores” das “antigas unidades de bando”, a autora demonstra que

Embora haja uma certa previsibilidade quanto à provável ou possível combinação de parceiros, é difícil descobrir com antecedência como os grupos de caça vão formar-se. Aparentemente, algumas decisões são tomadas apenas no último minuto. Com efeito, em Natashquan, considerava-se que traria má sorte indagar insistentemente onde e com quem uma pessoa iria caçar (LEACOCK, 2019, p. 109-110).

Assim, no passado plenamente igualitário desses bandos, a “rede” de “relações de trabalho” era estabelecida entre os indivíduos, via parentesco, mas também pela pura amizade. Formavam a composição verdadeira do bando, mantendo a vida coletiva como “unidades

invernais”, e sob esses mesmos critérios, montavam os grupos de caça. “Até quase 1950”, esses últimos ainda se mantinham sem formalidades, mas poderiam destacar um “chefe” da “caça sazonal” que se fosse aceito, seria temporário (LEACOCK, 2019, p. 56, 78).

A “natureza da vida social” dos montagnais-naskapi, diz Leacock, quanto à “falta de qualquer grupo de prestígio” (LEACOCK, 2019, p. 76), era marcada pela informalidade. Ou, com mais precisão,

[...] o bando é tão informal a ponto de ser praticamente anárquico. Ainda que informal, a estrutura real do bando é altamente complexa – embora de uma ordem diferente daquela que em geral é definida como uma estrutura –, uma vez que o processo coletivo intrínseco à tomada de decisões envolve uma sutileza de comunicação e de sensibilidade em relação aos acordos, que estão longe de ser questões simples (LEACOCK, 2019, p. 149).

Ademais, em sua crítica às visões “hierarquizadas” na análise das sociedades igualitárias, Leacock lembra que o emprego de terminologias como “informal” e “instável” revelam tentativas de uma “busca às cegas pela ‘formalidade’” dos bandos. Nesse aspecto, não será necessário aqui retomar a argumentação de Leacock sobre as consequências desse tipo de formulação para a correta “interpretação da forma organizacional qualitativamente diferente, de enorme resiliência” dos bandos “verdadeiramente” igualitários (LEACOCK, 2019, p. 179).

Para prosseguir com a exploração das pesquisas de Leacock concernentes ao processo de tomada de decisões, de mulheres e homens, sobre as questões sociais em conjunção com a caracterização da organização familiar e da economia coletiva, faz-se necessário, antes, abrir um pequeno parêntese para registrar a relação dos montagnais-naskapi com o uso coletivo da terra e com os bens materiais, como apresentados pela antropóloga.

A descrição de Leacock acerca da organização social igualitária ilustra, até aqui, sobretudo em seu estudo de campo em meio aos montagnais-naskapi, como nessas sociedades a posse da terra – fonte básica da subsistência – dava-se inelutavelmente de forma coletiva: a propriedade da terra era coletiva, como também a conduta em relação aos bens.

Em que pese o fato de que os territórios de caça não pudessem ser herdados, uma vez que a terra era coletiva e todos os bandos poderiam circular para extraírem dela os meios necessários à vida “onde quer que desejassem” (LEACOCK, 2019, p. 67), poder-se-ia

deduzir, no entanto, que haveria algum tipo de transferência dos instrumentos de trabalho ou artigos pessoais aos filhos, em caso de morte do caçador.

No estudo de Leacock sobre a matrilocidade, no caso dos montagnais-naskapi, em meados do século XX, que deu origem a um dos capítulos da sua obra, ela responde, rigorosamente, a essa questão. Na região sudeste do Labrador, a “atitude” perante “os bens materiais” era “de que tais bens seriam, sem exceção, dispensáveis e substituíveis”. A afirmação dela é de que não havia herança de nenhum tipo de “bens materiais”, mesmo após séculos de contato com os europeus. E prossegue: os “trenós e tobogãs são refeitos a cada outono. As canoas podem durar três anos, mas, com frequência, são deixadas nas florestas após o segundo inverno”, pois seria um desconforto levá-las de um lado ao outro (LEACOCK, 2019, p. 117).

As tendas duravam poucos anos, e utensílios pessoais em geral eram distribuídos a parentes de mesmo sexo que deles precisassem, mas o comumente verificável era que nada “valesse a pena ser herdado”. Nesse momento histórico, os montagnais-naskapi do sudeste, embora não fossem mais os caçadores-coletores com quem os franceses fizeram contato nos séculos XVI-XVII, ainda demonstravam na prática cotidiana não haver “qualquer formulação legal” de transferência de bens e valorização à “primogenitura ou divisão igual entre filhos” (LEACOCK, 2019, p. 117-118). Essa realidade, que a autora definiu como “temporária”, será tema para discussão do próximo capítulo.

Voltando ao exame dos processos de tomada de decisões e aos argumentos de Leacock que explicitam os princípios básicos da sociedade de bando igualitária, como aquele referente à posse coletiva da terra, veremos que tais argumentos se multiplicam. Por isso, seguindo o sentido do que já foi dito, é necessário salientarmos um aspecto do eixo dessa fundamentação a partir de agora: todas as pessoas, com base em tais princípios, tomavam decisões “acerca das atividades pelas quais eram responsáveis” (LEACOCK, 2019, p. 180).

No caso concreto das “evidências etnográficas” analisadas pela antropóloga nas *Jesuit Relations*, sempre evidenciando o princípio da autonomia, é afirmado que elas não só “indicam quais decisões acerca de mudanças eram tomadas pelos membros adultos do grupo no qual se encontravam envolvidos”, como também não deixa “qualquer dúvida quanto à importância da mulher nessa tomada de decisões” (LEACOCK, 2019, p. 86).

No seio dessa sociedade, a cooperação realmente existente, que fundamentava as relações sociais e de trabalho, era, portanto, válida para todos os indivíduos, ou seja, “que se

aplicava tanto às relações entre os sexos como no interior de um mesmo sexo” (LEACOCK, 2019, p. 99).

E, nesse sentido, cabe recordarmos que ininterruptamente seguimos perseguindo nosso objeto. Trata-se não do igualitarismo em si, mas do processo histórico através do qual o elevado status ou a posição igualitária das mulheres, nos termos da autora, que fora transformado pela colonização.

Cabe lembrar que examinamos até aqui algumas conexões fundamentais sobre a tomada de decisões que se estendia às mulheres e homens, analisadas por Leacock, tais como a flexibilidade na escolha residencial após o casamento ou por qualquer outra necessidade de mudança de bando, o reconhecido respeito à autonomia individual na tomada de decisões para a resolução de problemas coletivos ou decisões sobre as próprias vidas, que nesse seguinte aspecto, relaciona-se diretamente à ausência de poderes ou prestígios de uns sobre outros, as escolhas pessoais de participação relacionadas à esfera dos grupos de trabalho etc.

Pudemos destacar algumas questões que delimitam o peso que essa prerrogativa adquire na manutenção das condições de igualdade no bando, conforme discute Leacock, acerca da organização social igualitária dos montagnais-naskapi, como representativa, vale ressaltar, de outras culturas do continente americano e de outras partes do mundo, das quais a obra *Mitos da Dominação Masculina* oferece dados para pesquisadores interessados.

Contudo, o conhecimento sobre essas questões devem nos encaminhar ao esclarecimento dos elementos que são básicos para o pensamento leacockiano: tanto os concernentes à sua fundamentação de comprovação da existência histórica de sociedades verdadeiramente igualitárias, quanto aqueles demonstrativos de mulheres e homens serem, no passado, igualitariamente, os demiurgos dos processos que, nas “sociedades sem classes, oper[am] complexos de relações inteiramente diferentes daquelas que envolvem poder econômico” (LEACOCK, 2019, p. 175).

Assim, já vimos que, para a autora, entre os montagnais-naskapi inexistia qualquer perpetuação de formas privadas de propriedade e bens e que indivíduos de todos os sexos possuíam igual autonomia e influência pessoal. Esses princípios vigentes entre os povos do Labrador, sabemos, é fundado no trabalho cooperativo voltado à subsistência, com base na caça e na coleta.

Além disso, apontamos que Leacock se propõe a demonstrar, como a própria “estrutura” da sociedade, fundada nessa base econômica,

[...] onde todos os indivíduos eram igualmente dependentes de um coletivo maior do que a família nuclear, permitia uma ampla distribuição a respeito do processo de tomada de decisões entre mulheres e homens, maduros e idosos, a quem, por princípio, cabia decidir – individualmente, em pequenos grupos ou no coletivo maior – sobre aquelas atividades que deveriam realizar no escopo das responsabilidades a eles socialmente atribuídas (LEACOCK, 2019, p. 59).

Em definitivo, para Leacock, o exposto na referida citação é a “chave” para a compreensão do processo social igualitário e que tais atitudes responsáveis, de mulheres e homens, “constituíam a vida “pública” do grupo” (LEACOCK, 2019, p. 59).

Ainda mais, por estas últimas colocações de Leacock, parece substancial um exame mais profícuo do processo de tomada de decisões no que diz respeito às atividades que, “nos termos da economia política” (LEACOCK, 2019, p. 98), na interpretação da autora, são decisões que se dirigem a um ponto comum: a relação entre produção e distribuição coletiva de bens necessários à existência do grupo.

Ao apontar, contudo, que a natureza da sociedade igualitária pressupunha que “nenhum sistema de mercado” interfira na “relação direta entre produção e distribuição” e que esta relação, portanto, entre a produção e o consumo esteja conectada “intimamente com a dispersão da autoridade”, a antropóloga apresenta uma correlação entre o “coletivo maior”, ou “coletivo social”, com aquele conjunto de questões que envolve a “tomada de decisões” do ponto de vista da autonomia dos indivíduo (LEACOCK, 2019, p. 180, 59).

Da mesma forma, Leacock abre espaço para se discutir mais nitidamente como o “bando como um todo era a unidade econômica básica” da sociedade, e a “menor” unidade de trabalho era aquele grupo “que vivia junto em uma grande cabana em forma de cone – entre dez e vinte pessoas, ou, em termos ocidentais, várias famílias nucleares” (LEACOCK, 2019, p. 203, 86).

Contudo, adverte Leacock, “em uma sociedade coletora-caçadora, a família nuclear, embora seja aparentemente uma unidade, é funcionalmente integrada ao bando coletivo de uma forma sem paralelo na cultura ocidental”. Leacock, então vai conceituar esses bandos socioeconômicos como “unidades” que eram compostas de “dezenas de ‘bandos familiares’”, que, por sua vez, eram constituídos por “um ou dois grupos multifamiliares” residindo em cada uma das tendas (LEACOCK, 2019, p. 148, 105).

A partir desse estilo de vida observado dos montagnais-naskapi, fundamentalmente, Leacock afirma, a fim de que não restem dúvidas interpretativas quanto à funcionalidade dos “núcleos” nestas sociedades, que não havia propriedade privada que pudesse conferir autoridade pessoal, ou que “Tampouco existia qualquer propriedade não material capaz de agregar valor ao status de uma pessoa. Em termos de vínculos de parentesco, não se contava, a rigor, com uma estrutura social formal da qual a posição de um indivíduo poderia depender” (LEACOCK, 2019, p. 78).

As decisões, nesse sentido, não partiam dos indivíduos com posições em relação às suas relações mais imediatas no interior do grupo multifamiliar, conjugal ou de parentesco, ou mesmo perante o bando, mas, uma vez estabelecido que as decisões do grupo eram tomadas por pessoas que iriam pô-las em prática, a autora expressa o seguinte:

Examinando esses relatos em retrospectiva, a partir do atual estilo de vida dos naskapi [1950-1951], avaliamos que as decisões familiares representam, provavelmente, um empreendimento comum – e, de fato, todas as decisões nesta sociedade simples²² são, virtualmente, “decisões familiares” (LEACOCK, 2019, p. 104).

Nesse sentido, é apresentada em todas as relações sociais a importância do processo de tomada de decisões como escolhas individuais e intransferíveis, associadas à relação de reciprocidade entre o indivíduo e o bando familiar e não entre o indivíduo e as famílias individuais. Segundo o que está exposto, em nenhuma medida, eram relações puramente consanguíneas²³ e, sim, relações cuja substância era social.

Nessas sociedades igualitárias de relações cooperativas entre os grupos multifamiliares, não poderia haver, portanto, “status atribuído” por nascimento, apenas por “idade” e por “sexo”. A influência pessoal era adquirida seja por habilidades sacerdotais, excelência retórica nos processos de negociação dos assuntos comerciais ou atuação como chefes pontuais de um grupo de caça. Só se mantinha o “status conquistado”, no caso dos montagnais-naskapi, enquanto fosse demonstrada sua habilidade relativa a esse status. Essa

²² Sobre a utilização de expressões como essa, Leacock argumenta, que na preparação da obra fez “apenas breves alterações nos textos” e complementa: “Na maioria dos casos, suprimi certas partes para evitar repetição; ocasionalmente, aprimorei uma formulação ou editei alguma expressão antropológica que soava depreciativa (como, por exemplo, a designação ‘simples’ para referir-se a povos com tecnologias fundadas em ferramentas de pedra, um termo que poderia passar a impressão de que a vida sociocultural desses povos não tivesse sido complexa e variada)” (LEACOCK, 2019, p. 42).

²³ Sobre esse aspecto, Leacock cita um dado relevante: “onde o parentesco formal é importante, como na Austrália, o foco recai em relações categóricas que indiquem expectativas de reciprocidade, e não em ligações genealógicas que venham a definir privilégios” (LEACOCK, 2019, p. 178).

habilidade deveria ser demonstrada com fundamentos sólidos e convincentes em todo o tempo (LEACOCK, 2019, p. 79, 180).

Como afirma a autora, “as relações de produção que caracterizam estas sociedades” não requisitam qualquer forma de controle “no sentido de ajudá-los a arrancar da natureza seus meios de vida na esfera mais imediata do dia a dia”, isso porque as pessoas possuíam uma “independência básica” e um controle “sobre sua fonte de subsistência”. Portanto, não se tratava do desejo pessoal ou das relações de compreensão e respeito mútuo, mas do fato primordial de que o “status” não era “funcional” a esses indivíduos (LEACOCK, 2019, p. 79).

A independência, no entanto, esclarece Leacock, está relacionada com a “dependência” econômica “direta” das pessoas ao grupo, e “não uma dependência indireta” em relação a um “setor ou classe dentro do grupo”, que por ventura poderia “exercer controle especial” sobre alguma pessoa (LEACOCK, 2019, p. 79).

Após afirmarmos, em Leacock, tudo aquilo que foi dito até aqui acerca da autonomia individual e da generalizada tomada de decisões sobre as relações de produção no interior da organização dos bandos familiares como coletivos econômicos, além dos demais aspectos da vida social, há ainda outro aspecto da argumentação de Leacock que nos interessa em particular.

Referimo-nos a um fato que já foi reconhecido acerca da vida comunal dos montagnais-naskapi, com base nos estudos de Leacock sobre o processo de tomada de decisões dos indivíduos acerca das atividades que lhes fossem “socialmente atribuídas” (LEACOCK, 2019, p. 59). Trata-se, agora, de analisar a natureza dessas relações através da divisão do trabalho.

2.4 Divisão do trabalho social e divisão sexual do trabalho

À primeira vista, parece haver poucos motivos pelos quais se faz necessário analisar como mulheres e homens participavam ativamente das decisões quanto à reprodução da vida comunal para além do que se tem comumente estabelecido pelo senso comum, ou seja, que as primeiras mulheres na humanidade tinham como tarefa o cuidado com as crianças e o preparo da alimentação do grupo enquanto os homens eram responsáveis pela caça. Leacock discute como nem tudo está esclarecido, e o mero reconhecimento da divisão dessas atividades de

forma igualitária não explica suficientemente a confirmação da igualdade qualitativamente diferente que havia entre mulheres e homens no período anterior ao surgimento das classes.

Inicialmente, ela apresenta, como característica mais generalizada das sociedades forrageiras, que todas as coisas indispensáveis à manutenção da vida, além da produção de alimentos, eram “adquiridas ou manufaturadas” através da participação de todos os indivíduos “aptos” ao trabalho. O processo de distribuição ficava, assim, a cargo dos seus “produtores”²⁴, não sendo possível que algumas pessoas em detrimento de outras, obtivessem “recursos” diferentes seja por meio da “propriedade privada da terra ou qualquer especialização do trabalho, além daquela vinculada ao sexo” (LEACOCK, 2019, p. 180).

Além disso, todas as pessoas tomavam decisões que recaíam sobre as demais esferas da vida cotidiana que estavam dentro da “ampla distribuição” efetiva de atividades entre mulheres e homens, tais como a

[...] manutenção, edificação e mudança do acampamento ou da vila; aprendizagem e prática de diversas especialidades e ofícios, como o de curador, artista, sacerdote, dançarino, contador de histórias etc.; resolução de disputas internas e aplicação de normas grupais; cerimônias e festejos relacionados a nascimento, adolescência, morte, casamento e outros ritos de passagem; manipulação extrajudicial e antissocial do poder sobrenatural; declaração de guerra e decretação da paz (LEACOCK, 2019, p. 59).

Lembrando que para a autora havia uma impossibilidade de o desempenho pessoal atribuir caráter especial ao indivíduo, tomemos nota do exemplo citado acima, onde Leacock se refere à “especialidades” quando trata das atividades que poderiam ser aprendidas e desenvolvidas dentro da distribuição das tarefas e atividades rotineiras. Além disso, em outra passagem, ela também afirma que “o nível de especialização” do trabalho, em sociedades igualitárias, era “mínimo” (LEACOCK, 2019, p. 77).

Então, como entender na citação transcrita a sugestão de que, embora mínima, havia especialidades? Nesse seguinte sentido, a “especialização” aqui tem o significado de desenvolvimento de habilidade e atributos de uma pessoa, que o distingue entre os demais.

Para não oferecer dúvidas, em Leacock, retomemos o argumento, segundo o qual a liberdade de expressão de uma autêntica individualidade estava combinada a uma base

²⁴ Ou, também, em alguns momentos, podendo ser realizado por outra pessoa vinculada a um “bando paralelo”, simbolizando um “ritual” de “partilha” (LEACOCK, 2019, p. 180).

econômica que, conforme já foi apresentado, inviabilizava a transformação da habilidade individual em uma função social privilegiada. Citando um exemplo, para a correta compreensão sobre esse ponto, Leacock diz que

[...] um bom construtor de canoas provavelmente acabaria por construir mais do que sua quota de canoas, deixando que raquetes de neve, quem sabe, fossem feitas por alguém mais competente nessa arte. Os diferentes tipos de atividades não pareciam ser classificados com base no prestígio auferido [...] É certo que um bom caçador era admirado, porém um atirador mais proficiente poderia ceder seu posto a um homem menos experiente. Ao que tudo indica, a postura dominante é a de que todos deveriam aprender e, ainda que o caçador menos hábil errasse o alvo, ele não seria criticado (LEACOCK, 2019, p. 78).

E nesse mesmo sentido, muito menos existia, continua Leacock logo depois, “qualquer sentimento valorativo a respeito do trabalho do homem quando comparado ao da mulher” (LEACOCK, 2019, p. 78). Assim, aproximamo-nos de uma discussão que merece nossa atenção.

Havia, por conseguinte, nas relações entre mulheres e homens – identificados, sobretudo, nos relatos jesuíticos – um alto nível de empatia e solidariedade que emanava da autonomia sobre a tomada de decisões, princípio amplamente respeitado e frequentemente aludido no decorrer do texto de Leacock, não por acaso. Ao comentar uma das passagens do *Jesuit Relations*, referindo-se à observação de Le Jeune, a autora avança indicando que o padre “destacou a naturalidade das relações entre maridos e mulheres na sociedade montagnais, explicando que esse fenômeno” era o resultado da organização das atividades que competiam a cada um, através da qual

[...] “as mulheres sabiam o que deveriam fazer, assim como os homens”; “uma pessoa jamais se intrometia no trabalho de outra” [...]. “Os homens deixam a organização da casa para as mulheres, sem interferir no trabalho delas; elas cortam, tomam decisões e distribuem provisões como bem lhes apetece, sem deixar seus maridos zangados. Eu nunca vi meu anfitrião perguntar a uma jovem mulher avoadada com a qual ele vivia o que acontecera com as provisões, embora tais provisões estivessem rapidamente desaparecendo” (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 83-84).

Obviamente, essa leitura comparativa das relações igualitárias às relações hierárquicas e a rigidez de enxergar a forma da divisão do trabalho entre homem e mulher faziam parte da concepção do missionário que analisava as relações igualitárias a partir da sua visão de

mundo autoritária, educado numa sociedade de classes, ainda que ele tenha assumido e reconhecido nos seus registros o “poder” que as mulheres montagnais-naskapi possuíam, diferentemente das francesas, como Leacock enfatiza.

Mas o que nos interessa de fato explorar na citação é que ela agrega ainda mais sentido à importância do caráter de consideração e de respeito, já mencionados, ao trabalho desenvolvido pelo “outro”, seja ele mulher ou homem, no cotidiano comunal que Le Jeune pôde vivenciar, séculos atrás.

Segundo a concepção de Leacock, por tudo o que já foi referido sobre a detalhada descrição da sensibilidade que possuíam as pessoas dos grupos multifamiliares, em processos de tomada de decisões nas esferas de atividades da sociedade em geral, podemos afirmar que tudo isso também era verdadeiro, inclusive, na hora da divisão sexual do trabalho. Guardemos bem esse aspecto que é fundamental para a nossa investigação.

Acerca desse processo mediado pelo pressuposto basilar, segundo o qual, todas as pessoas eram responsáveis pela realização das tarefas do grupo correspondentes à “família ampliada”²⁵, estabelece-se que acontecia “uma rudimentar e (ao mesmo tempo) expedita divisão do trabalho”. Conforme apura a antropóloga,

[...] os homens, em sua maior parte, iam à caça, e as mulheres, além de cuidar das crianças pequenas, preparavam a comida e confeccionavam roupas e tendas. Quando necessário, as mulheres ajudavam na caça e, se a mulher estava ocupada alhures, o homem poderia se prontificar para cuidar das crianças (LEACOCK, 2019, p. 73).

No decorrer dos séculos, num período recente ao da sua pesquisa de campo, num acampamento em Northwest River, em Hamilton Inlet, Leacock diz que seria possível encontrar uma expressão ainda imprecisa da “divisão do trabalho” no sentido de terem sobrevivido até aquele momento características do trabalho na direção da cooperação. Diz Leacock:

Um homem e sua esposa poderiam voltar juntos da floresta, cada um carregando uma tora de madeira. Um pai e uma filha poderiam serrar madeira juntos. Um homem poderia segurar no colo uma criança agitada, enquanto a mãe tranquilamente ocupava-se de alguma outra coisa sem ser tomada pela compulsão de assumir o encargo de acalmar aquela criança. Uma família inteira poderia sair numa canoa para recolher as redes de pesca. Duas jovens mulheres poderiam pegar algumas espingardas e sair para caçar coelhos (LEACOCK, 2019, p. 74).

²⁵ No texto, Leacock utiliza diferentes conceitos para referir-se à família comunal: família ampliada, bandos familiares, grupos multifamiliares.

Essa marcante sensibilidade na tomada de decisão quanto às atividades cotidianas que competiam a cada um, explícitas nas citações, requerida pela própria organização do trabalho, Leacock chamou de flexibilidade ou “reciprocidade da divisão sexual” do trabalho (LEACOCK, 2019, p. 190).

Entendendo que o trabalho de ambos, mulheres e homens, realizava-se a partir da “conveniência”, esta divisão sexual de trabalho, alcançada pelo livre consenso entre os integrantes das unidades socioeconômicas, dos grupos familiares, conforme explica Leacock, dava-se, portanto, de forma simplificada e sem formalidades. Neste sentido,

É tão somente quando se chega aos processos técnicos que se observa uma divisão de habilidades que parece suficientemente rígida: os homens trabalhavam com a madeira, construindo as canoas e as raquetes de neve, e as mulheres lidavam com as peles, que eram por elas raspadas, curtidas, trabalhadas e costuradas (LEACOCK, 2019, p. 74).

Dessa forma, como entender a sugestão transcrita na citação acima acerca de uma mudança ou enrijecimento de atividades relacionadas aos papéis sexuais, contrária a tudo o que foi exposto sobre a participação livre, consciente e de forma direta da produção e distribuição dos bens necessários ao grupo?

A investigação dessa questão que aqui emerge e evolui do seio dessa sociedade igualitária está relacionada ao desenvolvimento da produção de mercadorias que tem como pano de fundo o período colonial europeu e sua expansão para a América e, a partir daí, as consequências históricas que ocorreram na vida dos montagnais-naskapi quanto às relações de produção, à forma da organização familiar e às relações entre mulheres e homens, em particular. As considerações desse processo, em Leacock, é o que vem a seguir.

3. “DO IGUALITARISMO À OPRESSÃO”

Os dados até aqui acumulados acerca da organização da vida socioeconômica dos montagnais-naskapi como representativos de sociedades cuja organização fora no passado, para Leacock, verdadeiramente igualitária, pode ter deixado, aparentemente, de evidenciar o status da mulher em particular.

Mas, se quisermos manter o estudo dos fundamentos da subordinação da mulher fiel ao texto de Leacock, devemos considerar que, para a antropóloga marxista, a “análise do status das mulheres nas sociedades igualitárias é inseparável da análise da estrutura socioeconômica igualitária como um todo” (LEACOCK, 2019, p. 173). Daí reside a decisão por traçar esse percurso na exposição dos argumentos da autora, no caminho desta pesquisa.

Contudo, as considerações de Leacock acerca do caráter comunal desses bandos do Labrador, como uma sociedade igualitária que se depara com os imperativos coloniais, vão muito além. A rigor, a investigação dessa estudiosa ampara-se na apreensão da “natureza” do “coletivo social” (LEACOCK, 2019, p. 60) para reconstruir os processos que deram origem às desigualdades da vida social, com severas consequências às relações entre mulheres e homens.

A autora passa, então, a discutir as determinações acerca da transição de uma sociedade expressiva de uma das histórias mais recentes de igualitarismo, na direção do desenvolvimento da propriedade privada e da destruição dos laços de autonomia e solidariedade voltados à cooperação que, até então, prevalecera entre mulheres e homens.

Veremos como a característica primordial da análise de Leacock é a exploração do processo em que as mulheres – não exatamente movidas por escolhas de vida ou relações apaixonadas pelos homens ou ainda por predisposições biopsicológicas (LEACOCK, 2019, p. 360) – têm a sua autonomia solapada em relação à dos homens.

3.1 Mudanças na forma de propriedade e nas relações sociais

Segundo Leacock, as transformações essenciais que foram observadas entre os montagnais-naskapi encontram-se na “base econômica dos grupos multifamiliares que viviam coletivamente como unidades invernais, mantendo vínculos com grupos paralelos que poderiam ser ativados em tempos de necessidade”. Esta “base” é “fundamentalmente destruída pelo comércio de peles” (LEACOCK, 2019, p. 56).

Para Leacock, contudo, não foram mudanças que se deram do dia para a noite. Sua pesquisa mostra como os montagnais-naskapi viveram por mais de três séculos enfrentando, resistindo e se adaptando às transformações decorrentes das novas relações econômicas comerciais que cresceram no interior das relações igualitárias.

Nesse sentido, afirma-se que o “processo pelo qual ‘bens’ são transformados em ‘mercadorias’” até a chegada do século XX “se mantinha incompleto em áreas periféricas” em relação aos “antigos centros de troca”. Por isso, foi possível, através da pesquisa de campo da autora com os montagnais-naskapi, chegar às “linhas gerais da mudança” desses bandos de forma a reconstituí-las (LEACOCK, 2019, p. 57).

A autora relata que, nas duas oportunidades de imersão nessa cultura, foi possível tanto vivenciar uma “expressiva porção de igualdade” que sobrevivia após o prolongado contato com os europeus quanto perceber o processo pelo qual essa igualdade passou a se dissolver (LEACOCK, 2019, p. 68).

Portanto, deve-se ressaltar que ainda que se tenha preservado traços de comunalidade nas relações entre alguns bandos, foi alterada a base cooperativa dos montagnais-naskapi, cuja economia era exclusivamente baseada na pesca, na coleta e na caça.

Nesse exato sentido, em “poucas gerações” observou-se à transformação da caça pela instituição da captura por armadilhas. Encontravam-se dependentes das novas relações comerciais, impostas pelo mercado mundial em expansão. Elas demandavam um “fluxo contínuo de peles” e isso impulsionou a substituição da caça de “animais de grande porte” pela captura de animais de pelo (LEACOCK, 2019, p. 73).

O século XVII traz à vida comunal no Labrador o “comércio europeu” de forma mais intensa, sendo que desde o século anterior, a costa do Rio São Lourenço já havia

se tornado um palco da disputa pelo controle comercial da América do Norte entre algumas potências mercantis, sobretudo a Inglaterra e a França.

No entanto, quando Leacock faz essa ressalva ao período anterior à chegada do comércio de peles como um posto estabelecido, informando que desde essa época já havia trocas comerciais, ela também esclarece que se trocavam peles por “artigos de luxo”, sem, contudo, alterar a base econômica dos nativos da região. Assim, se o “índio” do Labrador que estabeleceu os primeiros contatos comerciais ainda era reconhecido como caçador, de onde provém exatamente essa mudança em sua forma igualitária de vida? Aqui se encontra o ponto essencial da questão.

Retornando à primeira afirmação da autora acerca da transformação econômica, o nativo não era mais um caçador como no passado, porque havia se transformado em um armadilheiro e a caça de animais peleiros, como o castor ou a lebre, por exemplo, que antes era fundamentalmente voltada ao consumo, ao uso imediato, foi convertida em mercadoria para a troca por “produtos dos quais passaram crescentemente a depender” (LEACOCK, 2019, p. 56-57, 72).

O caçador que se tornou armadilheiro também havia deixado a caça coletiva, que envolvia os grupos de trabalho “amorosos” e “compatíveis”, para ingressar na caça individualizada com armadilhas na captura de animais de pelo com o objetivo de alimentar as necessidades desse novo comércio (LEACOCK, 2019, p. 73, 269).

Foram muitas novidades e atrativos apresentados a eles, a exemplo das ferramentas como “facas, machados de ferro e panelas de cobre” que inevitavelmente lhes proporcionavam economia “de mão de obra”, porque utilizavam até então as ferramentas fabricadas de pedra e o cozimento da carne em “valas” ou “pratos feitos de casca de árvores” colocados sobre “pedras aquecidas”. Chegaram também artigos que foram se tornando básicos, como os tecidos e “cobertores de lã” – que não precisavam mais ser confeccionados à mão – e alimentos – como a farinha e a banha –, mais fáceis para se carregar durante as caçadas, por exemplo, além de se conservar por mais tempo (LEACOCK, 2019, p. 269, 116, 72).

Contudo, chegaram no mesmo “pacote” as “doenças epidêmicas” que provocaram extermínio de populações nativas inteiras, o consumo de álcool e a “guerra prolongada” com os iroqueses em torno das terras por maior espaço para atuação

voltada à nova finalidade. Assim, ruía o modo de vida para a satisfação das necessidades e não para a acumulação de riquezas ou bens.

Vimos, de acordo com a pesquisa da autora, a análise cuidadosa sobre a vida cooperativa e igualitária, embora isto não signifique que a “vida dos caçadores das florestas boreais da América do Norte fosse utópica” (LEACOCK, 2019, p. 268), pois se observou também a existência das barreiras enfrentadas para a produção dos alimentos, ferramentas e artigos de primeira necessidade, além da vulnerabilidade e dependência constante aos desígnios da natureza, enfrentada pelos bandos igualitários cotidianamente.

Esses bandos se organizavam para atuar geograficamente a fim de utilizar todas as possibilidades de caça, coleta e pesca para que nenhum grupo ficasse sem alimentação, e isso explica a alta mobilidade tão característica desses mesmos grupos. Mas significa também que havia uma subprodução que lhes impunha uma situação de carência, em consequência da baixa possibilidade de desenvolvimento das capacidades produtivas, majoritariamente inferior às necessidades dos grupos multifamiliares.

Nesse sentido, o desenvolvimento limitado das condições básicas de reprodução da vida pode ajudar a responder de imediato a ideia de como, e por meio de quais mecanismos, bandos como os montagnais-naskapi se abriram para as relações de troca comerciais e/ou outros tipos de influência externa com a expansão do capital comercial que, a essa altura, já havia percorrido inúmeras rotas.

A economia do mercado mundial que se apresentava aos bandos cooperativos trazia outra consequência para as relações igualitárias, além da produção para a troca: a concorrência. As sociedades de classe que passaram a manter relações econômicas e sociais com os montagnais-naskapi, “iroqueses”, “hurões” e demais sociedades nativas caminhavam na direção oposta à carência vivenciada entre eles como também à cooperação que ali prevalecia até então.

A “alternativa” apresentada a eles, no caso dos montagnais-naskapi, de satisfação ilimitada das necessidades, provocou muitas formas de resistência e de não adaptação integral dos grupos cooperativos, como iremos assinalar algumas das várias passagens indicadas por Leacock. No entanto, “inevitavelmente uma nova forma de competição em torno dos territórios mais desejáveis” passou a acontecer, possibilitada

pela instauração de uma relação de dependência com o mercado de peles (LEACOCK, 2019, p. 110).

A partir do contato, e logo depois do estabelecimento das relações comerciais, as mudanças nas antigas relações sociais seguiram seu curso no decorrer dos séculos seguintes. Leacock constatou que a nova ocupação econômica promoveu, somada à disputa pelos territórios de caça, a instalação de linhas de armadilha individualizadas.

Esta nova situação, por sua vez, gerou a necessidade de fixação ou “estabilização” dos bandos em algumas regiões, indicando uma tendência contrária à mobilidade de outrora. Emergem as “linhas permanentes²⁶ de várias centenas de armadilhas” e, paulatinamente, “o índio passa a ter um interesse real” apenas “por uma área específica e definitiva” (LEACOCK, 2019, p. 114-115).

Com isso, aponta Leacock, desenvolveram-se vínculos territoriais, por meio dos quais, por exemplo, “os direitos de usufruto” das linhas de armadilha que uma ou duas pessoas estabeleceram, com perspectiva de serem “reutilizadas”, “substituíram” a “livre circulação” entre “terras tradicionais”, até então voltadas ao sustento de todos (LEACOCK, 2019, p. 269).

Essa situação, de possuírem individualmente as linhas de armadilha, foi o que, segundo nossa autora, levou Speck, relembremos (através de seu estudo com esses bandos) a defender a existência da “apropriação privada” da terra, desde um passado imemorial, afirmação veementemente questionada por Leacock. Com base na própria pesquisa etnológica, além dos registros explorados a partir do século XVII, a autora rebateu essa tese que versa sobre a universalização da propriedade privada, tendo como referência justamente os montagnais-naskapi da América do Norte.

Sem dúvida, para Leacock, a terra como fonte da subsistência dos povos do Labrador sempre foi de uso coletivo e, portanto, não havia propriedade privada individual, como ela vigorosamente argumenta ao longo do seu estudo. Contudo, na análise das transformações operadas a partir das novas relações econômicas, é importante salientar que, para a autora, o “impacto” do comércio de peles sobre a vida econômica dos montagnais-naskapi fez emergir “linhas de armadilhas individuais”, que

²⁶ “Linhas de armadilhas permanentes são comuns em *Seven Islands*, na região central do Labrador” (LEACOCK, 2019, p. 115).

foram “impropriamente designadas como território de caça de ocupação privada” (LEACOCK, 2019, p. 139-140, 56).

Neste sentido, a pesquisa de Leacock aponta para as mudanças operadas na forma da propriedade através da regulamentação “formal” dos territórios de caça, materializada na instalação de linhas de armadilha individualizadas.

Logo, a um só tempo, constatou-se: as transformações nas relações do uso da terra (usufruto individual e não mais a produção com fins coletivos); a estabilização territorial de bandos montagnais-naskapi; as disputas em torno dos territórios de caça; o surgimento das linhas de armadilhas individualizadas. Ou seja, Leacock verificou o processo de estabilização dos bandos do ponto de vista “territorial e pessoal”, como a substituição da forma de caçar, após tamanha importância que passou a ganhar a armadilhagem como principal instrumento da atividade econômica (LEACOCK, 2019, p. 269, 115).

Além destas, uma série de outras mudanças, alicerçadas na alteração da base econômica fundamental através do comércio de peles, foram ganhando forma no “coração da vida” dos montagnais-naskapi, como define Leacock.

Antes de prosseguirmos, porém, cabe ressaltar que a antropóloga refere-se nesta discussão a bandos de regiões diferentes do Labrador, tanto aos dados da sua própria pesquisa em meados do século XX, quanto aos relatos aos quais ela recorre de épocas anteriores, como a mencionada *Jesuit Relations*.

Nesse sentido, a fundamentação empreendida na reconstrução etno-histórica do igualitarismo dos povos “primitivos” (fizemos referência no primeiro capítulo) é realizada tomando como fonte de pesquisa grupos que tiveram maior ou menor envolvimento com a cultura ocidental e a dependência econômica do mercado de peles. Portanto, não se trata de um envolvimento homogêneo em relação a estas questões.

Isto posto, compreende-se como Leacock pode afirmar que ao mesmo tempo que a economia coletiva dos bandos foi dilacerada, havia áreas “onde a vida coletiva ainda permanecia incontestada” (LEACOCK, 2019, p. 58). Nas palavras da autora,

Embora tenham ocorrido mudanças básicas entre os montagnais-naskapi, à medida que a captura individualizada de animais peleiros passa a substituir a caça coletiva [...] nas áreas periféricas ao leste, eu fui capaz de estudar um

sistema de inter-relações em funcionamento, o qual, apenas recentemente, começou a ruir (LEACOCK, 2019, p. 77).

Ou seja, é possível encontrar nas passagens relacionadas à sua tese de doutoramento, alusões a áreas diferentes, demonstrando relacionamentos muito divergentes²⁷ entre os bandos ao longo do processo de mudanças no período de alguns séculos.

No bando do sudeste, por exemplo, ela pôde registrar os processos de transição do grupo. Leacock apreendeu, em sua pesquisa, que esta região era “mais desenvolvida do que aquelas retratadas nos registros históricos, porém menos desenvolvida em comparação ao bando contemporâneo do oeste do Labrador”. Ou seja, no sudeste as “fronteiras foram traçadas” pouco tempo antes da sua pesquisa no Labrador e o território do bando, nesta altura, ainda se encontrava como “posse comum”, uma vez que ainda não tinha sido “dividido” em “territórios familiares” (LEACOCK, 2019, p. 105).

O fato de a terra não ter sido individualmente apropriada²⁸, embora já utilizassem a prática da armadilhagem individual, assegurou o retardamento da mudança cultural e social entre as relações, sobretudo, de mulheres e homens.

Mas se resistir à nova “cultura material”²⁹ era uma realidade de bandos que ficaram na periferia dos centros comerciais ali estabelecidos, à medida que avança a pesquisa de Leacock, ela vai delineando o passo a passo que permitiu a adoção de

²⁷ Afirma Leacock, para citar as transformações sucedidas no interior desse grupo, em meio à nova realidade socioeconômica, que elas não representam uma “aceitação” ou “rejeição” de costumes e da forma de vida europeia, e, sim, a invariável reestruturação em “seu modo de vida às exigências de uma nova demanda ocupacional” (LEACOCK, 2019, p. 75).

²⁸ “Um volume considerável de trabalhos tem sido realizado, especialmente em relação ao Antigo Oriente, à África Ocidental e às culturas elevadas do Novo Mundo, na tentativa de definir estágios no que concerne à transformação quanto à propriedade da terra, passando do domínio público para a apropriação privada” (LEACOCK, 2019, p. 170).

²⁹ Em *Mitos da Dominação Masculina*, Leacock informa sobre a produção de uma variedade de pesquisas antropológicas, apontando algumas que são demonstrativas de como a mudança das sociedades americanas do igualitarismo para relações de dependência econômica com o mercado mundial, no cenário de desenvolvimento do sistema capitalista, não foi única. O mesmo critério se aplica também na própria história colonial do continente africano, afirma a autora. Para ficarmos com um exemplo, ela relata o caso dos “zuni do Novo México, um povo que travou uma dura batalha, embora perdida, pela independência política e econômica, mas que continua insistindo no direito de determinar a direção que seu próprio estilo de vida deve tomar. Os zuni mantêm muitas características de uma sociedade totalmente comunal, com relações entre os sexos caracterizadas por reciprocidade, não superordenação-subordinação” (LEACOCK, 2019, p. 270).

outros valores, não igualitários, pelos bandos que estavam mais próximos a esses centros comerciais ao redor de Quebec. Pode-se observar que à medida que se alterou a base material, novas relações surgiram, ainda que em alguns bandos se preservassem traços das sociedades “coletivas”³⁰ por mais tempo (LEACOCK, 2019, p. 73).

Voltando às argumentações sobre a mudança na estrutura dos bandos, a parte das alterações na forma do trabalho, para apreender em que dimensões a organização social, na sua totalidade, foi afetada nesse processo.

Em outras palavras, quais foram as consequências da transformação da caça, enquanto principal atividade econômica de subsistência, em produto destinado à troca, pela relação estabelecida com o comércio europeu colonial? Ou, ainda, quando no século XX, o trabalho assalariado, “em muitos casos”, começou a se tornar uma fonte de sobrevivência? (LEACOCK, 2019, p. 99).

A totalidade das relações sociais à qual nos referimos, na realidade, a partir da exposição de Leacock, são todas as transformações que se relacionam estritamente à esfera econômica e que foram sendo alteradas, à medida que essas relações se adaptaram ao sistema social que estava emergindo no continente europeu, o capitalismo.

Assim, as mudanças que sublinharemos doravante são aquelas mais essenciais quanto às transformações da organização familiar conectadas à instituição do direito à herança, à institucionalização de chefias e líderes, mediante eleições formais interligadas às relações estatais, às formas hierárquicas de educação das crianças e à “reeducação” das mulheres e homens, integradas ao programa jesuítico francês de cristianização e a hierarquização dos papéis sociais.

Os estudos de Leacock nos fazem reconhecer que todas essas mudanças foram impulsionadas pelo poder dos interesses de classe das sociedades ocidentais, que chegaram às Américas trazidas por navios, cujo objetivo era destruir as relações igualitárias onde quer que existissem tais relações, com o propósito de acumular e expandir seus capitais. Esse conjunto de questões exige que exponhamos a articulação realizada pela autora entre essas mudanças decisivas e os fundamentos da subordinação a ser imposta às mulheres, tema que abordaremos a seguir.

³⁰ Ainda se sobrevivia do que vinha “diretamente da terra” e a “ajuda mútua” resistia, sobretudo, em “tempos de aflição”. A “cooperação” e o “compartilhamento” continuavam “importantes”, embora a “estrutura” da vida socioeconômica tivesse sido “transformada” (LEACOCK, 2019, p. 269).

3.2 Comércio de peles, o Estado e a educação jesuítica como influência para o surgimento da família monogâmica e da hierarquia entre os sexos

Já vimos que, segundo Leacock, as terras na Península do Labrador foram inevitavelmente transformadas no solo de disputas tanto dos interesses comerciais das companhias europeias (terras e peles de animais) quanto dos próprios nativos em torno dos anseios de capturar os animais peleiros para suprir a demanda da nova atividade econômica. Este, para ela, representa o ponto essencial das mudanças operadas durante os séculos de domínio colonial.

Mais precisamente, fixamos também que, para Leacock, nessas terras, fonte básica de subsistência, mulheres e homens viviam livres, voltados a uma economia para a cooperação e partilha da produção social. Mas, diante das mudanças, rompeu-se o vínculo com a terra nesses termos e impôs-se aos bandos uma nova exigência que ia no sentido oposto: a constituição de outros tipos de vínculos, quais sejam, os que traziam interesses individuais tanto de “laços dentro de seu bando” quanto com “uma certa parte da terra do bando”, essa relação “era impossível de acontecer entre caçadores de renas” (LEACOCK, 2019, p. 115).

A autora de *Mitos da Dominação Masculina* delimita a gênese das desigualdades sociais e a origem dos novos vínculos de propriedade que se estabeleceram no Labrador, ao mesmo tempo que aprofunda na análise das articulações de como ocorreu tal processo. Ou seja, enquanto crescia a “produção de mercadorias”, o que acontecia com as relações sociais dos montagnais-naskapi, em geral, mas, sobretudo, as repercussões disso sobre as relações entre mulheres e homens?

Quanto às primeiras mudanças observadas por Leacock, viu-se a força e o poder destrutivo do contato entre sociedades de classes e sistemas igualitários. Nesse heterogêneo processo de transição, que ocorre até mesmo em bandos de uma mesma sociedade caçadora-coletora, a reconstrução etno-histórica do igualitarismo empreendida pela autora contrasta inteiramente com o que daqui decorre.

Segundo o que se descreve, uma das primeiras mudanças que se fizeram sentir estão relacionadas às “unidades familiares” e instáveis, que se tornaram formais, constituindo-se como unidade “apenas” nos verões no ponto de encontro que passou a ser reconhecido nos “postos de comércio” que foram fundados na região. Já no

[...] inverno, o bando fragmenta-se em famílias individuais ou em pares de famílias que se mudam para seus territórios de caça individualmente “possuídos” e “herdados” para montar suas linhas de até quatrocentas armadilhas. O casamento é “tipicamente” patrilocal e realizado dentro do bando (LEACOCK, 2019, p. 105).

Tais transformações tornaram-se tão fundamentais à dinâmica econômica imposta, e também social, que será Leacock quem pedirá ao leitor que se atente aos detalhes e nuances, quando não violentas, das condições que levaram “bandos familiares informais e mais ou menos bilocais (com uma possível³¹ ênfase matrilocal), sem a ‘dominação’ de qualquer um dos sexos a estabilizar-se em estruturas patrilinear e patrilocalmente orientadas” (LEACOCK, 2019, p. 119).

A intrínseca relação entre a estabilização territorial associada à destruição dos bandos familiares com o deslocamento da bilocalidade, com ênfase à matrilocidade passando para a patrilocalidade, é de tal importância para o nosso tema que se faz necessário reafirmar que,

Pela própria natureza da caça por armadilhas, importantes laços socioeconômicos deslocaram-se, no caso tanto dos homens quanto das mulheres, de uma perspectiva mais puramente pessoal, própria das ligações familiares e de amizade, para vinculações entre um homem e seus filhos do sexo masculino em relação a um território de armadilhagem. Em primeiro lugar, a armadilhagem constitui-se uma atividade de caráter individualizado quando comparada à caça, um acontecimento tipicamente grupal. Em segundo lugar, linhas de armadilhas, uma vez instaladas, podem ser trabalhadas por um menino quase tão eficientemente quanto por um homem. Um homem reluta em armadilhar completamente só – é por demais perigoso no nordeste do país –, mas seu filho pequeno se torna agora um possível parceiro (LEACOCK, 2019, p. 115).

³¹ O “achado” de Leacock sobre a residência pós-marital, durante a sua pesquisa genealógica junto aos montagnais-naskapi, comprovou ser a matrilocidade a “norma” (no sentido de escolha preferencial, como vimos no primeiro capítulo) entre os montagnais-naskapi do século XVII e dos “cree” (povo também originário do Canadá) do começo de XVIII. Mas o que desejamos com isso chamar a atenção é que, nas palavras dela: na “minha sucinta formulação acerca de bandos de caça como estruturas flexíveis nas quais os indivíduos tentavam conciliar as várias preferências e a viabilidade de um grupo mudar-se para outra tribo por ocasião do próprio casamento, bem como do casamento de irmãos, pais ou filhos, eu contradizia meus próprios dados ao asseverar que a bilocalidade resultante desse processo ‘talvez’ incluísse uma ‘discreta’ ênfase na matrilocidade”. Então, o que isto significa para a autora? Apesar de ser “uma frase em um artigo”, Leacock a toma para si como uma questão problemática, pois ao relatar uma característica evidente como um “talvez” (mas que foi posteriormente reformulada), sua “distorção” foi “sintomática dos problemas, grandes e pequenos, colocados por formas de discurso que assumiam sem questionamento, a partir das palavras grafadas em um texto daquela época, a ‘importância normal dos homens’” na sociedade (LEACOCK, 2019, p. 224).

É indispensável, nesse sentido, que sejam tiradas algumas conclusões do que foi dito acima. Primeiramente, assevera Leacock, em virtude das novas demandas econômicas, viu-se, ainda que lentamente no caso de alguns bandos, como naquele do sudeste do Labrador, o desenvolvimento das relações de residência se deslocar para a “patrilocalidade não apenas como o ideal, mas, crescentemente, como o padrão real” (LEACOCK, 2019, p. 104).

Os vínculos que antes eram comunais, pessoais, foram se metamorfoseando em vínculos territoriais. Dito de outro modo, da posse coletiva da terra, passou-se à utilização individual, com o filho estabilizando-se, onde antes estava o pai com suas linhas de armadilha.

Um segundo aspecto a ser sublinhado, portanto, é decorrente desse desenvolvimento. A “estabilização” e o direito de usufruto individual da terra ofereceram as condições necessárias para o que a autora irá denominar como “formalização de regras para herança de propriedade”³² (LEACOCK, 2019, p. 116).

Na vida dos montagnais-naskapi, desenvolve-se, dessa maneira, pela primeira vez, a possibilidade histórica de se possuir direitos de forma individual e privilegiada e, por sua vez, direitos que podem ser transferidos aos filhos através do vínculo paterno.

Além disso, e de forma conectada, a “frouxa exogamia”, em geral, associada à matrilocidade, cedeu lugar à “estabilizada endogamia”³³, ou, dito de outro modo, a orientação das escolhas do casamento, passaram a se estabilizar em relações dentro do próprio bando. Correspondentemente, desenvolvia-se a “herança” “patrilinaramente” e “patrilocalmente” orientada, em que “as regras” normalizavam que com o nascimento do filho, nascia também o direito de herdar (LEACOCK, 2019, p. 104).

³² Segundo Leacock: “[...] à medida que linhas de armadilhas permanentes e em larga escala são adotadas por esses índios, também passam a sê-lo as regras formais que governam seu uso e a designação de seus herdeiros” (LEACOCK, 2019, p. 118).

³³ Nessa passagem, referindo-se a dados da sua própria pesquisa, Leacock demonstra como ainda estava em processo tal estabilização em alguns bandos. Ela diz que em “1950, de vinte e quatro casamentos ocorridos em Natashquan, dezessete eram endógamos. Como relatou um informante, ‘Agora os homens jovens ficam em Natashquan. Há muito tempo, não era assim. Iam caçar em Mingan ou Romaine’ [...], o que significava que, ao casar-se, o homem poderia se mudar e caçar no território de um bando diferente” (LEACOCK, 2019, p. 108).

Assim, não foram poucas as prerrogativas, inerentes às sociedades de classe, que paulatinamente implementaram-se na vida social e no trabalho dos montagnais-naskapi, corrompendo e assolando os princípios igualitários, como aponta Leacock. Em se tratando das mudanças na forma de organização da família e do papel social que assume o homem, tal situação resultou em que

Os grandes grupos multifamiliares se fragmentaram em unidades unifamiliares, cada uma vivendo em sua própria tenda. Em suma, o que antes existia como coletivos econômicos tornou-se, em essência, bandos frouxamente conectados, constituídos por famílias independentes. Esposas e filhos tornaram-se cada vez mais dependentes dos retornos comerciais de homens individuais, e os homens eram definidos por comerciantes, funcionários do governo e missionários como “chefes de família” (LEACOCK, 2019, p. 269).

Como vimos, em Leacock, o desenvolvimento do “processo por meio do qual o estoque de peles” foi produzido a fim de ser comercializado, “entrava em contradição com o princípio da partilha total baseado na caça, na pesca e na coleta para fins de subsistência” (LEACOCK, 2019, p. 96).

Tanto foi assim que, há pouco, expusemos, sob a argumentação dessa antropóloga, algumas linhas gerais de tais contradições que emergiram da transformação da base econômica coletiva para o usufruto individual da terra, destruindo a primeira, no contexto das novas relações sociais.

Nesse sentido, é possível apreender no que postula Leacock que a organização familiar também sofreu profundas transformações e as pessoas passaram a estabilizar-se territorialmente para a moradia e a armadilhagem, com a transferência da propriedade pela “linhagem” do homem. Acima de tudo, porque estava no cerne dessa padronização “patrilocal-patrilínea” a anterior destruição do grupo multifamiliar com base em laços de parentesco.

A autora nos revela ainda, que o nascimento da família individual (unifamiliar ou nuclear)³⁴ favorece necessariamente o fortalecimento da posição do homem³⁵ como proprietário e como responsável econômico da família.

³⁴ Na discussão da II parte da obra, quando Leacock irá analisar *Sociedade Antiga* de Morgan, ela sistematiza a evolução da forma de organização da família, na acepção desse antropólogo, que pode ser interessante fazer notar, tendo em vista a relação com as mudanças na organização da família para nosso

A partir disso, examinemos em Leacock, os aspectos fundamentais que contribuíram necessariamente para a materialização das transformações que foram há instantes associadas. Leacock afirma que os novos “hábitos” sociais encaminharam-se “encorajados”, “tanto consciente quanto inconscientemente”, pela combinação de três fatores, sendo o primeiro aquele que diretamente diz respeito à destruição da base econômica, são eles: os “ligados ao posto de comércio, aos representantes do governo e aos missionários” (LEACOCK, 2019, p. 105).

Apesar dos montagnais-naskapi se manterem, ao longo de séculos, como uma cultura diferente da europeia-ocidental, pelo exposto, passou a se reestruturar à nova situação material e social. Por isso, à medida em que “começou a florescer a posição social”, esta foi se tornando “um meio de afirmar o domínio masculino”. Para Leacock “o pleno desenvolvimento de classes” e de “ideologias vinculadas ao sexo reforçaram as desigualdades que eram básicas às estruturas inerentes à exploração” (LEACOCK, 2019, p. 183).

Vejamos, então, o que Leacock nos propõe quanto ao tratamento dessas questões e como a hierarquia ou desigualdade “vinculada ao sexo” vai se solidificando ao passo que as relações sociais fundadas na exploração de classe se desenvolvem.

Recordemo-nos como Leacock caracterizou os “chefes”, ou seja, as pessoas que eram escolhidas após ampla discussão por todos os integrantes do bando, como “intermediários”, segundo sua habilidade, para mediar no processo de comercialização, ou negociação, por exemplo, “entre franceses” e demais “grupos indígenas”, mas dentro do grupo estes “chefes” não detinham qualquer “poder”, apenas influência pessoal (LEACOCK, 2019, p. 71).

estudo. Leacock, portanto escreve: “Os estágios de evolução da família concebidos por Morgan eram a ‘consanguínea’, como a primeira família organizada, na qual irmãos carnais ou colaterais desposavam irmãos carnais ou colaterais em grupos; a ‘punaluana’, que introduziu a proibição do casamento entre irmãos; a ‘sindiásmica’, ou ‘casamento por pares’ da sociedade gentílica, com casais residindo em habitações comunais; a família patriarcal da sociedade pastoril, com um poderoso chefe do sexo masculino; e, finalmente, a família monogâmica, que garantiu a paternidade dos filhos e a sucessão hereditária da propriedade privada” (LEACOCK, 2019, p. 162).

³⁵ Sobre essa questão, demonstrando como em paralelo ocorreram com outras sociedades, no período colonial, além dos montagnais-naskapi, Leacock aponta que os “mesmos desenvolvimentos alteraram o papel dos homens cherokees, transformando-os em chefes de família individuais, como seus equivalentes brancos”. Esse papel substituiu a responsabilidade paterna por todo um grupo de crianças pela responsabilidade circunscrita apenas aos filhos legítimos e encobre uma impotência fundamental por meio de poderes mesquinhos socialmente sancionados sobre a mãe dessas crianças (LEACOCK, 2019, p. 284).

Não é preciso assinalar que, em todos os termos, estamos tratando de um processo histórico de transição de um modo de produção igualitário que está sendo dilacerado frente às necessidades expansionistas e de dominação de classe. Dessa forma, esses homens que foram sendo transformados de caçadores-coletores em “caçadores-armadilheiros” de início vieram a ser “eleitos formalmente” – os “chefes de fora”, em consonância “com o protocolo governamental para mediar a relação com a sociedade branca” (LEACOCK, 2019, p. 97, 100).

Diante desse processo de mudanças, Leacock registra como se deram as transformações no papel social do homem, uma vez que

Fragmentos reconstruídos a partir dos últimos quinhentos anos de história do índio norte-americano sugerem que um desenvolvimento paralelo aconteceu extensivamente entre povos previamente igualitários. À medida que o comércio e o trabalho pago, em alguns casos, solapavam a economia coletiva, chefes e outros homens de influência começaram a assumir papéis para além daquele de porta-voz ou mediador, frequentemente, como intermediários em assuntos de comércio, ou como líderes da resistência. A “autoridade” masculina começou a tomar forma nos registros etnográficos (embora, sem dúvida, amiúde exagerados, pois que, em larga medida, elaborados por informantes do sexo masculino) (LEACOCK, 2019, p. 58).

As transformações dos papéis sexuais pelo sistema econômico que “sob condições coloniais” se desenvolviam estavam conectadas por sua vez à “cisão” das “esferas ‘pública’ e ‘privada’”, “como jamais fora o caso quando o ‘domicílio’ era a própria ‘comunidade’”. No caso da “esfera ‘pública’”, ela “foi unificada com a aparência do poder masculino que ela representa na sociedade organizada pelo Estado” (LEACOCK, 2019, p. 58).

Estas passagens combinam ideias fundamentais para a concepção de Leacock sobre os fatores que atuaram como “influenciadores” da nova configuração social dos montagnais-naskapi.

O papel social autônomo da tomada de decisões, que antes vigorava entre mulheres e homens, passou a ser realizado pelo homem “chefe” e “autoridade” legal, que não mais representava os interesses do coletivo social que havia sido destruído em favor das famílias nucleares. Estas compõem o “bando moderno”, “frouxamente” conectado que, “de uma forma ou de outra, dependem economicamente do comércio, do

trabalho fora do grupo, de algum subsídio governamental ou suprimento missionário” (LEACOCK, 2019, p. 178-179).

Nesse sentido, para acrescentar ao que expressa a questão acima, o papel social que é atribuído ao homem – em assumir a “liderança” sobre um determinado “território” e a “organização” do “bando”, por exemplo, do ponto de vista das “pressões” dos comerciantes e do Estado, através dos funcionários do governo, corresponde às exigências que emergem das relações de classe estabelecidas no Labrador, como afirmou Leacock. Eles “queixavam-se igualmente da ausência dessas condições e fizeram o possível para viabilizá-las ao mesmo tempo que o comércio de peles exercia sua inevitável influência” (LEACOCK, 2019, p. 178).

Frente a essas instituições, o homem deveria, então, desempenhar um papel de líder/dominante tanto como “chefes” das suas famílias nuclearizadas quanto como representante dos “bandos modernos” e seus “interesses corporativos em negociações com o pessoal do governo, de empresas ou de missões” (LEACOCK, 2019, p. 179).

Na última passagem de Leacock acima transcrita, há ainda outro aspecto que leva a mais uma aproximação ao sentido que a autora emprega, sobre “influências” da sociedade de classe na concretização das mudanças que estamos verificando. Trata-se, do desenvolvimento de relações “políticas”.

Como vimos, a “dependência em relações econômicas e políticas externas ao grupo” passou a desempenhar um importante papel na vida social dos indivíduos. Por isso, na premissa de Leacock, “um domínio público é definido, mesmo que de forma vaga, em contraposição à esfera ‘familiar’ privada”. O “domínio público”, nesse sentido, foi outorgado aos homens (LEACOCK, 2019, p. 179).

Até o momento em que a produção ainda era diretamente realizada e dividida entre seus produtores, todo o processo de produção comunal e sua distribuição eram realizados mediante “laboriosa discussão”, como já mencionado. Quando essa base foi alterada, com o produto do trabalho sendo levado para a troca e não mais para o uso dos montagnais-naskapi, inevitavelmente, os “porta-vozes” se transformaram de fato em representantes “chefes”, subsumidos às exigências que eram estranhas a eles.

Essas forças “de fora” passaram a pressionar o cumprimento de um papel hierárquico na relação entre as famílias privadas com a nova esfera pública que surgiu

como demanda das relações políticas e econômicas externas. Nessa relação contraditória, que só foi possível se desenvolver com a destruição dos grupos multifamiliares, tem-se o surgimento do proprietário privado, chefe da família nuclear, que desempenha o papel público.

Assim, uma “classe de comerciantes” (LEACOCK, 2019, p. 60) foi forjada na articulação das relações econômicas e políticas, contando com contribuição e a “influência” de ideias e comportamentos pautados em relações sociais em que os homens são os “dominantes” e representantes da nova esfera pública.

Nesse ponto, é importante assinalar um aspecto central da argumentação de Leacock em sua obra: os papéis sexuais serão transformados e hierarquizados. A mesma causa que exigiu um papel social como dominante aos homens proprietários também modificou o papel social autônomo que no passado possuíam as mulheres. Nesse sentido, sua posição ou status social em relação aos homens foi rebaixado.

Do que dissemos até este ponto, a visão hierárquica de transposição dos papéis sexuais de uma sociedade de classe para uma sociedade igualitária influenciou os montagnais-naskapi e outros povos da região na efetivação das bases necessárias aos interesses de classe e, portanto, da destruição das relações igualitárias.

Vimos como Leacock argumenta que as relações com o próprio comércio e com os funcionários representantes do governo cumpriram essa função. Falta analisar como, para essa autora, o conjunto de questões que estamos tratando contou ainda com outro importante veículo disseminador de ideologias, cuja função preponderante era de influenciar mulheres e homens para a aceitação das novas relações sociais impostas: refere-se à educação³⁶ empreendida pela missão francesa, que se estabeleceu no acampamento dos montagnais-naskapi, quase um século após a instalação do primeiro posto comercial na “Nova França”.

Os pontos mais importantes a serem ressaltados dessa influência da educação missionária sobre as relações sociais, a fim de transformá-las, analisados através da

³⁶ Há um artigo muito interessante sobre o assunto que vale a pena ser conferido com o título “A exploração de classe como fundamento da opressão de gênero em Eleanor Leacock: o lugar da educação”, da autoria da professora Helena de Araújo Freres, publicada pelo Instituto Lukács (Anuário Lukács, 2020). Ao tratar das relações que foram estabelecidas no Labrador, no contexto do colonialismo, Freres afirma uma questão de máxima relevância para o nosso tema: a “educação jesuítica foi, pois, o ingrediente a mais que amargou profundamente a vida das mulheres montagnais-naskapi”.

investigação de Leacock das *Jesuit Relations*, são os que dizem respeito ao fortalecimento da família nuclear, de um lado, e, do outro, a opressão sobre as mulheres.

Enquanto a economia igualitária seguia sendo destruída, a educação oferecida pelos jesuítas cumpriu o papel basilar para a assimilação dos novos valores sociais e culturais da concepção de mundo dos exploradores. Nesse sentido, reitera Leacock afirmando que os

[...] negociantes estavam interessados nos índios como um meio de aquisição de peles. Em contrapartida, a missão, sob a competente liderança do padre jesuíta Paul Le Jeune, estava comprometida em convertê-los ao cristianismo, ressocializando-os e transformando-os em agricultores sedentários, cidadãos da Nova França (LEACOCK, 2019, p. 82).

Entre as passagens destacadas pela autora dos escritos de Le Jeune, existe uma que narra as impressões desse padre jesuíta sobre a vida cooperada dos montagnais-naskapi, um povo que, segundo ele, achava-se no direito de gozar da liberdade de um animal selvagem (LEACOCK, 2019, p. 87). Leacock assim se expressa:

Le Jeune registrou seguidas vezes sua apreciação acerca do senso de cooperação e da irrestrita generosidade desse povo. Por outro lado, concomitantemente, causava-lhe espanto e reprovação a atitude despreocupada e casual em relação aos deuses; o puro gosto de viver, festejar, conversar, cantar; a liberdade sexual das mulheres (o bom jesuíta parecia assumir como um dado natural a liberdade sexual dos homens) e a falta de preocupação quanto à legitimidade dos “herdeiros”; as constantes brincadeiras e provocações, muitas vezes intoleravelmente indecorosas aos ouvidos do missionário, nas quais ambos, homens e mulheres, engajavam-se (uma prática que reconhecemos hoje como um meio de definir e reforçar costumes sociais em sociedades completamente igualitárias) (LEACOCK, 2019, p. 268).

Foi no sentido de mudar esse conjunto de comportamentos que representavam verdadeiros obstáculos à implementação e à consolidação das relações de classe, mediante a exploração das terras e do trabalho dos montagnais-naskapi, que os jesuítas empreenderam seus esforços “duramente”, através da educação religiosa que os colocou na linha de frente como agentes responsáveis por levar àqueles povos “princípios” europeus que corroboravam a implementação da “autoridade masculina” (LEACOCK, 2019, p. 68).

Não se pode perder de vista que foi ao longo do “traumático” século XVII que efetivamente se iniciaram as mudanças no Labrador. Nesse sentido, as *Jesuit Relations* revelam, para Leacock, a essência do “programa” civilizatório implementado pelos jesuítas (LEACOCK, 2019, p. 84), em um período histórico em que ainda vigorava relações igualitárias entre os montagnais-naskapi. Esta antropóloga sistematiza os “quatro pontos” do “programa”:

1) A difusão da ideia de eleições formais para o reconhecimento de uma autoridade, sendo que já no ano de

[...] 1640, oito anos após a chegada de Le Jeune à Nova França e do estabelecimento da missão jesuítica, o governador convocou um grupo de influentes homens montagnais e, “tendo recomendado aos cristãos constância em seus casamentos, convenceu o grupo de que seria bom que eles elegessem alguns chefes para governá-los” [...]. Assim, os montagnais buscaram conselho junto aos jesuítas, os quais supervisionaram a eleição de três capitães. Então, os homens “resolveram reunir as mulheres, a fim de pressioná-las para que fossem instruídas e recebessem o sacramento do batismo”. As mulheres estavam acostumadas a realizar seus próprios conselhos para resolver assuntos de seus interesses e demonstraram surpresa pelo fato de serem admoestadas pelos homens (LEACOCK, 2019, p. 89-90).

2) A transmissão de princípios que “educassem” as mulheres e os homens a obedecerem as novas normas impostas, mediante punição, “aplicando” uma série de “medidas disciplinares” no empenho de compeli-los a obedecerem desde a chefatura até a palavra de Deus, mas sobretudo, de “impor a autoridade masculina sobre as mulheres” e crianças (LEACOCK, 2019, p. 182).

As consequências dessa “adoção” de medidas “punitivas” entre os homens que foram cristianizados fizeram-se perceber, analisa Leacock, pela mudança de comportamento que passaram a apresentar em relação aos “pagãos” do mesmo bando. Alguns deles começaram a se punir, utilizando-se de castigos corporais quando cometiam um determinado “pecado” segundo os ensinamentos de Deus, punições que uma vez assimiladas se estendiam, sobretudo, dos homens às mulheres e também às crianças (LEACOCK, 2019, p. 88-89).

Os homens eram educados e orientados a exercer sua autoridade com pulso firme em relação às mulheres, e estas, educadas para não desobedecer. Leacock comenta sobre os conflitos, inclusive psicológicos, que surgem dessa relação punitiva

que emerge também da educação implementada, explicitando-a, quando, por exemplo, relata que um jovem montagnais-naskapi, “tomado por paixão”, agrediu sua esposa que “insolentemente o provocara”. Segundo o que se conta, o rapaz se arrependeu e foi pedir perdão a Deus. Le Jeune pediu, então, para vê-los quando os censurou pelo episódio, mas não sem antes declarar que a mulher era “culpada” mais do que o marido (LEACOCK, 2019, p. 89).

3) O terceiro ponto do programa jesuítico era voltado à educação inicial desde a base escolar. Se, com relatos como o acima mencionado, pôde-se ter uma compreensão exata dos princípios subjacentes à violência das sociedades de classe que expressam a severidade com que as relações entre mulheres e homens começaram a se desenrolar, eles ficam ainda mais evidentes quando Leacock trata dos processos formativos das crianças, que também começam a perpetuar-se na vida familiar individual, em contrapartida à criação comunal de antes.

A autora discute as consequências dessa violência ao relatar o tipo de educação autoritária que passou a vigorar em um período de menos de dez anos, quando faz referência a um relato sobre o tratamento dos pais aos quais as crianças começaram a ser submetidas. Nela, pode-se capturar tamanha violência, apesar de Le Jeune entendê-la como “desobediência”. Na perspectiva do padre, as crianças

[...] demonstravam um inacreditável estado de satisfação por terem abraçado a fé. Nós punimos os desobedientes, elas exclamavam. Uma menina que se recusou a ir para as redes de pesca, a mandado de seu pai, foi deixada dois dias sem comida como castigo por sua desobediência. Dois meninos que se atrasaram para as orações da manhã foram castigados com um punhado de cinzas quentes jogadas sobre suas cabeças, o que se fez acompanhar de ameaças de castigos mais rigorosos caso a ofensa se repetisse (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 89).

Deve-se salientar, contudo que a educação que o programa previa tratava-se de uma educação do ensino religioso e de socialização dos valores ocidentais para as crianças montagnais-naskapi. Na citação a seguir, ficam evidentes as dificuldades dos jesuítas nos primeiros anos da missão em aplicar punições, prática que não havia possibilidade de existir no passado dos bandos familiares, mas, sim, um princípio inteiramente diferente de educar e de cuidar, conforme Leacock. O jesuíta diz:

“Os selvagens impedem a instrução das crianças; eles não toleram que punições lhes sejam aplicadas. Para o que quer que elas façam, permite-se apenas uma simples reprimenda” [...]. “A razão pela qual eu não gostaria de receber as crianças de uma localidade naquela mesma localidade [...], mas, antes, em outro lugar, é o fato de que os bárbaros não suportam que seus filhos sejam castigados, nem mesmo repreendidos, não sendo capazes de recusar qualquer coisa a uma criança que chora. Eles levam isso tão a sério que, sob o mais leve pretexto, retiram as crianças do nosso convívio, antes que elas estejam educadas” (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, 2019, p. 84-85).

4) Por último, para Leacock, o quarto ponto que em todas as condições, trata-se de um aspecto “civilizatório” crucial à articulação entre os demais pontos de atenção do programa: a “imposição da estrutura familiar europeia” sobre os montagnais-naskapi, com base nos princípios de “autoridade masculina, fidelidade feminina e eliminação do direito ao divórcio” (LEACOCK, 2019, p. 85).

Esse foi o ponto mais crítico da atuação missionária, segundo o que está expresso em Leacock, pois a intenção de Le Jeune seria realizar o trabalho de conversão com os homens, quando então, ele tomou conhecimento de “quão distante se encontrava a estrutura da família³⁷ montagnais daquela vigente na França” (LEACOCK, 2019, p. 87).

A partir daí, a independência das mulheres se tornou um grande obstáculo à missão, ela era antes de tudo uma expressão da igualdade que havia entre mulheres e homens em todos os aspectos da estrutura econômica e social desses bandos.

Os jesuítas perceberam, então, que a forma viável de “influenciar” a mudança de crenças e comportamentos, no sentido de catequizar aquelas pessoas para a reprodução das novas condutas de obediência e a adoção do modelo familiar condizente com estas, seria atacando em alguns aspectos especiais, caracterizados por Leacock da seguinte forma: “eliminar a aceitação inquestionável dos montagnais acerca do divórcio mediante o desejo de qualquer um dos parceiros”; a prática da poligínia e da

³⁷ A “preferência matrilocal” entre os montagnais-naskapi, diz Leacock, “era tão contundente que os missionários jesuítas relataram que seria necessário converter e educar tanto as meninas quanto os meninos. Caso contrário, um jovem estaria perdido para a missão do casamento; de acordo com o costume, ele seguiria sua esposa para a floresta” (LEACOCK, 2019, p. 335).

poligamia³⁸; e a liberdade sexual, depois do casamento, que ambos possuíam, mulheres e homens (LEACOCK, 2019, p. 87-88).

Há aqui um aspecto em relação a essas medidas para o qual Leacock chama a atenção sucessivamente. Trata-se dos efeitos “psicológicos” resultantes do fato de os montagnais-naskapi terem sido submetidos a “conflitantes” “ideologias” que alteraram profundamente suas vidas. Ao expor esse problema, uma das intenções da autora é sublinhar que nem todos os homens foram catequizados, como nem todas as mulheres se rebelaram à opressão. Dessa forma, a reação aos princípios do programa jesuítico, em um sentido mais amplo, variou “da zelosa dedicação à conversão formal, o que poderia muito bem envolver um recuo à indiferença e, finalmente, à hostilidade ativa” (LEACOCK, 2019, p. 93).

Todavia, entre as passagens que se atêm aos processos de resistência dos montagnais-naskapi, cabe ressaltar o significado daquelas nas quais Leacock observa que as mulheres, em especial, em relação aos homens, parecem ter criado maiores problemas à catequização, ou seja, demandaram muito tempo e ações opressoras até a incorporação do novo conjunto de regras, que, até 1950, ainda não estava generalizadamente concluído, como atestou sua pesquisa de campo.

Nas *Jesuit Relations*, faz-se perceber descrições de resistências das mulheres, expressas através de desobediências, tão condenadas pela missão, tais como as fugas, respondidas com prisões, os atos de revolta e “raiva”, sempre contestados com violência como os açoites etc. Essas ações, diga-se de passagem, foram implementadas tanto pelos jesuítas quanto pelos homens “fanáticos” que estavam sendo cristianizados (LEACOCK, 2019, p. 58, 90-92, 98).

Para a comprovação das suas hipóteses de investigação, Leacock cita ocorrências, como a que demonstra, por exemplo, um conflito de um casal em que o homem declara-se fiel a Deus e tenta convencer a mulher de fazer o mesmo. Tal relato, narrado por Le Jeune, diz que o homem se predispõe a executar “até mesmo as menores tarefas que as mulheres realizam”, como buscar “água e lenha” se elas passassem a

³⁸ Vale salientar que termos referentes a modelos de casamento como “poliginia” (várias esposas), “poliandria” (vários esposos) e a “poligamia” (homens ou mulheres com mais de uma pessoa ao mesmo tempo) são relacionados por Leacock em algumas passagens da obra, como “arranjos matrimônias”, ou relações conjugais. Apesar de não haver uma afirmação direta, em se tratando das sociedades igualitárias, Leacock toma tais relações, em mais de uma passagem, como sendo “flexíveis”, “práticas” e “ocasionais” e não formais (LEACOCK, 2019, p. 88, 167, 196).

“crer” em Deus, e, beliscando “seu próprio braço”, afirmou: “está vendo essa pele? Eu não a amo, é Deus que eu amo e todos aqueles que creem nele”, concluindo que se a mulher não aceitasse “obedecer-lhe”, neste caso a Deus, ela teria que deixá-lo, pois ele não seria capaz de “amar quem não ama a Deus”. Em contrapartida, a esposa lhe respondeu, questionando-o: “Você não vê que estamos todos morrendo desde o dia em que eles [jesuítas] nos disseram para rezar a Deus? Onde estão seus parentes? Onde estão os meus? A maior parte deles morreu. O tempo para acreditar já passou” (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 91).

Os homens, por outro lado, eram impelidos constantemente a reprimir as mulheres por diversas práticas de desobediência, como a do relato acima mencionado. Entretanto, reconhece Leacock, não havia nenhuma outra “desobediência” que revelasse mais rigorosamente o “abismo entre a sociedade francesa e a montagnais” – do que a “plena liberdade sexual” da mulher e do homem (LEACOCK, 2019, p. 88). Aliás, isso se torna mais evidente nessa discussão, quando a autora trata de

Uma afirmação clássica do século XVII [que] expressa as atitudes paternas dos homens montagnais. Quando o missionário Le Jeune censurou um índio por “permitir” à sua esposa uma tal liberdade sexual que lhe impedia de assegurar-se de que o filho era, de fato, dele, os montagnais replicaram: “Vocês não têm juízo. Vocês franceses amam apenas seus próprios filhos, mas nós amamos todos as crianças de nossa tribo” (LEACOCK, 2019, p. 272).

Ainda assim, na concepção de Le Jeune, de acordo com a análise de Leacock, se as mulheres não aceitaram bem os ensinamentos sobre a importância da relação conjugal entre apenas um homem e uma mulher, dever-se-ia ao fato de elas representarem maior número que os homens do bando, e um casamento no modelo imposto faria com que algumas delas tivessem que ficar sozinhas. Para os padres da missão, a liberdade de poder “divorciar-se” a qualquer tempo, se acaso decidam por eles próprios, precisava ser alterada (LEACOCK, 2019, p. 87-88).

Portanto, era preciso inculcar na cabeça dos homens os chefes da forma de organização da família que está emergindo, um “controle sobre a sexualidade das mulheres” com a preservação do matrimônio, ainda que a relação não fosse mais do agrado de ambos, e a necessária “exclusividade sexual” (LEACOCK, 2019, p. 338, 60),

que, como vimos, era integralmente diferente da prática igualitária entre sociedades como os montagnais-naskapi.

Agora, antes de qualquer coisa, para que o filho passasse a herdar os bens e a propriedade dos pais, pressupunha-se a condenação da liberdade sexual (das mulheres!). Dito de outra maneira, a dependência econômica e as sucessivas inibições da participação nas questões “públicas” ou “políticas”, como plano de fundo que levaram ao rebaixamento do status das mulheres, na assertiva de Leacock, relacionam-se intimamente ao domínio sobre sua liberdade sexual e o direito de decidir sobre suas próprias vidas. A educação religiosa, assim, influenciava e tencionava nessa direção.

Nesse sentido, a discussão proposta por Leacock a propósito das medidas restritivas implementadas na vida dos montagnais-naskapi, em especial, das suas mulheres, indica substancialmente o quanto foram provocadas pela educação jesuítica, em especial pela aplicação desse último ponto do programa. Vimos que às mulheres por parte do projeto missionário, além de ter em perspectiva que a obediência às normas fosse internalizada, pretendia-se, em especial, a deferência das mulheres, nos termos de Leacock, no que diz respeito à autoridade do homem.

Por outro lado, alguns dos homens montagnais-naskapi “estavam” predispostos, após o fortalecimento “de novos vínculos econômicos”, a “associar-se” aos “padrões” de comportamentos que foram disseminados (LEACOCK, 2019, p 96). Assim, na relação de exploração à qual todos foram sendo submetidos, as consequências da opressão recaíram sobre todos os indivíduos; no entanto, uma posição de elevado status é oferecida aos homens em detrimento da desvalorização da posição das mulheres.

Isto posto, de uma sociedade de mulheres e homens livres e de igual status, vê-se erigir o muro da desigualdade das sociedades de classe entre os sexos. E a cada tijolo assentado nesse processo de dependência do grupo ao mercado externo e, concomitantemente, de destruição da base econômica coletiva, um “mundo” de menor influência foi “edificado” para as mulheres, em detrimento do mundo “público” relacionado aos homens. A mulher fora excluída do espaço da “autoridade” social e, no lugar do elevado status de antes, afirmou-se a sua subordinação.

Para a nossa antropóloga, em meio aos “impactos” da atuação jesuítica, “no que concerne às relações entre mulheres e homens”, fez-se perceber em linhas gerais, “pela castidade pré-marital, o cortejo por parte do homem, a monogamia e a fidelidade

conjugal” que se tornaram as “normas de comportamento aceitas como ideais por parte dos convertidos dedicados” (LEACOCK, 2019, p. 93).

Observamos, por fim, como, para a autora, tudo isso foi impulsionado pela educação religiosa. Vimont, padre responsável pelo relatório da missão com os nativos canadenses, alguns anos depois de Le Jeune, concluiu que

Aqueles que conhecem a liberdade e a independência desses povos e o horror que eles têm à repressão e à servidão dirão que um leve toque dos céus e um pouco de graça são mais fortes e poderosos do que os canhões e armas de reis e monarcas, os quais não foram capazes de subjugar-los (THWAITES *apud* LEACOCK, 2019, p. 92).

Nesse sentido, considerando o argumento do padre jesuíta, relembremos que, segundo o exposto por Leacock, os “jesuítas e seus ensinamentos chegaram à Nova França um século inteiro após começar a ruir a base econômica para a cooperação incontestes”, os laços de “reciprocidade” e o “respeito pela autonomia individual que marcavam as relações sociais entre os montagnais-naskapi” (LEACOCK, 2019, p. 95-96).

Com base no que aprendemos com Leacock sobre o real sentido da autonomia individual em sistemas igualitários, exploramos a diferença entre os papéis sexuais que passaram a prevalecer como resultado da articulação de todo esse conjunto de questões e, logo, como se deu a instituição da relação monogâmica como a base do casamento entre os montagnais-naskapi.

Assentada fundamentalmente na constituição dessa nova organização familiar, que foi apontada por Leacock desde os seus primeiros germes, verificaram-se os desdobramentos para a vida da mulher (e das crianças) a qual foi se tornando dependente da participação econômica e social do homem, ficando circunscrita a essa nova forma de organização da família nuclear ou individualizada, apartada do coletivo social – a família monogâmica, que contém a orientação patrilocal-patrilínea de organização, como padrão, e o rebaixamento do status da mulher.

As relações entre mulheres e homens passaram, assim, a serem mediadas por leis socioeconômicas motivadas pela exploração de classe e reguladas pelo Estado, após a

instituição do direito individual de montar as armadilhas de caça voltadas ao comércio de peles, ainda que a terra permanecesse coletiva.

O leitor mais atento deve ter notado que apenas a essa altura do texto compareceram para discussão as palavras “subordinação” e “monogamia”. A escolha por essa exposição foi proposital para demonstrar a defesa que Leacock faz arduamente em seu texto, qual seja, que da passagem das relações econômicas e sociais igualitárias às relações de classe, houve uma transição, um longo e penoso processo. Do mesmo modo, a subordinação da mulher ao homem, no interior de uma família monogâmica, também foi um processo historicamente construído, com resistências e imposições do “novo” socialmente estabelecido.

Em *Mitos da Dominação Masculina*, a autora demonstra com os dados de sua vasta pesquisa como se deu esse processo em suas variadas formas, nas diferentes regiões do mundo, a partir do surgimento da propriedade privada. No caso desse estudo em particular, na América do Norte se deu no contexto do nascimento do capitalismo, no período colonial.

A partir daqui, trataremos especificamente do processo de subordinação da mulher, na perspectiva de Leacock.

3.3 A perda da autonomia das mulheres

Na parte final da nossa investigação vimos relacionar o desenvolvimento da propriedade privada e das desigualdades de classe ao processo de opressão quando, a partir do estudo de Leacock sobre os montagnais-naskapi na América do Norte, caçadores-coletores transformaram-se em alvo do comércio europeu e passaram a desenvolver atividades de armadilheiros e de comerciantes. Ou, de forma mais precisa, “quando uma sociedade igualitária foi transformada pela colonização e pela influência combinada dos missionários e mercadores” (LEACOCK, 2019, p. 38), além da atuação do Estado para a organização da vida em sociedade, regulamentando o poder dos homens sobre as mulheres e crianças.

Consolida-se esta assertiva com a argumentação de Leacock, até aqui exposta, que desmistificou a tese de a propriedade privada ter sempre existido, ao comprovar,

com base em seus estudos etno-históricos e etnográficos, que os montagnais-naskapi pré-coloniais representavam uma autêntica sociedade igualitária, com a posse coletiva da terra; e que, somente após o contato estabelecido com o comércio europeu, tornaram-se dependentes de “artigos ligados ao comércio como o fundamento de sua existência” (LEACOCK, 2019, p. 73).

Leacock lançou mão, como epicentro da investigação supracitada, da análise das origens das transformações que ocorreram nas relações entre mulheres e homens, em desfavor do status social das primeiras, a partir do “desenvolvimento do comércio e da especialização a ponto de as relações de dependência emergirem fora do bando, da aldeia ou do coletivo familiar” e minarem “o controle individual e a autonomia pessoal, estabelecendo as bases para a hierarquia” pessoal (LEACOCK, 2019, p. 200).

A autora desenvolveu sua pesquisa apurando as consequências da consolidação das relações sociais de classe entre os montagnais-naskapi, marcada por antagonismos inerentes a elas, com destaque para a instituição da família monogâmica, necessária para a implementação desse estado de coisas, cujo papel de dominação foi delegado aos homens.

Mas agora que já apreendemos na argumentação da autora quanto às mudanças referidas acima, retornemos ao texto de Leacock para investigarmos, por outro ângulo, como a perda da autonomia das mulheres, no contexto da destruição da base econômica coletiva, em nome da expansão de “uma economia mundial capitalista em desenvolvimento”, acarretou “efeitos profundos em sua relação com a produção e a distribuição de necessidades básicas do grupo e, por conseguinte, com as fontes do poder de tomada de decisão” (LEACOCK, 2019, p. 198).

Há ainda, nesse sentido, outra consideração da autora para a presente linha de argumentação, que é o “reconhecimento” do envolvimento de sociedades igualitárias com a economia capitalista, atentando para as “implicações” disso ao “estudo transcultural das mulheres” (LEACOCK, 2019, p. 198).

Uma vez que a forma como se deu a perda do controle do produto do trabalho, no caso das mulheres, nas diferentes regiões culturais, esse processo ocorreu com uma certa “variabilidade” quanto ao status da mulher, segundo os estudos comparativos que Leacock apresenta na obra. Veremos logo mais, como esta questão acrescenta informações à nossa investigação (LEACOCK, 2019, p. 200).

Conjuntamente, analisar-se-á, do ponto de vista das consequências para a posição das mulheres na sociedade, a destruição dos grupos cooperativos de parentesco – os bandos multifamiliares –, ao serem separados em famílias individuais e constituírem, como vimos, a família monogâmica.

A proposta de Leacock caminha sempre nesta direção, ou seja, sugerindo uma adequada diferenciação entre o papel da mulher no bando igualitário pré-colonial e nos bandos que foram envolvidos pela transição forçada a um sistema colonial mundial, ou que percorreram desenvolvimentos independentes. Tais distinções, a princípio, podem parecer “insignificantes, mas, de fato, são profundas” (LEACOCK, 2019, p. 178), como afirma a autora.

De início, a propósito da “separação entre o mundo do trabalho das mulheres e o dos homens” (LEACOCK, 2019, p. 225) no contexto das mudanças implementadas na organização social dos montagnais-naskapi, faz-se necessário dar destaque para o processo em que se deu a perda da autonomia³⁹ das mulheres, para avançarmos em nossa investigação. Retornando à interpretação da autora,

[...] a introdução do trabalho remunerado para os homens e o comércio de mercadorias básicas aceleraram os processos de fragmentação de coletivos tribais em unidades familiares individuais, em que mulheres e crianças passavam a depender economicamente de um único homem (LEACOCK, 2019, p. 53).

No Labrador, no exato período em que o homem está se tornando a autoridade econômica e o chefe da família separada do coletivo ampliado, os produtos que começavam a chegar através do comércio foram substituindo as roupas que anteriormente eram produzidas pelas mulheres, os “mocassins” e as “cobertas para as tendas”. Essa passagem dos produtos manufaturados para artigos comercializados, dito

³⁹ Ao discutir acerca do status das mulheres, Leacock empregou uma observação, que parece oportuna anotar, considerando as discussões atuais sobre igualdade de gênero, acerca do “problema” “teórico” “na análise do status das mulheres nas sociedades igualitárias”. Segundo ela, “Não pode ser compreendido o fato de que as mulheres são autônomas em uma sociedade igualitária – ou seja, de que elas detêm o poder de tomar decisões sobre suas próprias vidas e suas próprias ações na mesma medida que os homens –, a menos que a natureza da autonomia individual em geral, vigente em tal sociedade, esteja clara (eu prefiro o termo ‘autonomia’ ao termo ‘igualdade’, uma vez que igualdade remete a direitos e oportunidades específicos da sociedade de classes, e a semelhança com equidade pode confundir. A rigor, quem pode ou deseja ser ‘igual’ a qualquer outra pessoa?)” (LEACOCK, 2019, p. 174). Cabe lembrar que os argumentos da autora sobre a conceituação da “igualdade” numa perspectiva histórico-materialista foram expostos nas primeiras páginas desse estudo.

de outro modo, levou a que a “habilidade” das mulheres no trabalho com o couro perdesse “seu importante papel na economia do grupo” – o que, na cultura montagnais-naskapi, possuía efetiva importância (LEACOCK, 2019, p. 269).

Muitos elementos contribuíram para se suplantar a “economia indígena” coletiva e provocaram uma crescente diferenciação no trabalho realizado pelas mulheres e pelos homens. Se, no passado, todos eram responsáveis pela realização das atividades fundamentais para atender as necessidades do bando, agora, afirma Leacock que

[...] ocupar-se de uma linha de armadilhas constituía-se um tipo de atividade muito mais individualizada do que caçar. Quando os homens tornaram-se armadilheiros, a definição sexual de funções e de esferas de interesse fez-se mais nítida, uma vez que a esposa e os filhos começaram a ser colocados à parte como a família que era sustentada, em comparação aos homens, que passaram a ser os provedores (LEACOCK, 2019, p. 73).

A vantagem da autoridade masculina sobre as mulheres, adquirida com a reorganização da produção para a troca e com base no trabalho individual, é melhor explicitada por Leacock, mais à frente:

A família caçadora geralmente permanecia unida, com os homens trazendo para casa a carne a ser consumida, e as mulheres trabalhando as peles para fazer roupas, tendas e cobertas de canoas. Agora que as peles são trocadas por esses itens e que a farinha e a banha comercializadas substituíram a carne como alimento básico, mulheres e crianças não apenas se tornaram *de trop*, mas, literalmente, um fardo. Um homem pode levar seus suprimentos com ele para o interior em uma única viagem e dedicar todo o seu tempo à armadilhagem. Para levar sua esposa e sua família e, ainda, a comida de todos, ele deverá realizar o que totalizaria duas viagens em revezamentos curtos, carregando os suprimentos à frente e retornando para buscar a família. Desse modo, [...] Os homens estão começando a seguir sozinhos para armadilhar no interior, deixando suas famílias na costa com uma provisão de farinha e banha (LEACOCK, 2019, p. 116).

O que os dois últimos excertos podem revelar é que o controle que as mulheres detinham sobre sua fonte de subsistência perdeu-se com a especialização e a divisão do trabalho (LEACOCK, 2019, p. 79). Nesse ponto, vale lembrar que a flexibilização da divisão do trabalho com base no sexo, ou a reciprocidade na hora da divisão das tarefas cotidianas, como argumentou Leacock, deram lugar à realização de atividades especializadas.

Porém, essas atividades especializadas e a divisão do trabalho relacionada às exigências do comércio de peles, em que somente os homens participavam, comprometeram definitivamente as relações entre mulheres e homens.

Leacock, então, esclarece como aos poucos o desenvolvimento dos “processos técnicos”, com a “divisão de habilidades”, começa a se apresentar de forma mais “rígida” na realização das atividades, quando homens passaram a trabalhar com as madeiras e os meios de locomoção e mulheres no trabalho com as peles (LEACOCK, 2019, p. 74).

São demonstrados outros dois efeitos que apontam para a consolidação da subordinação da mulher. Primeiro, “a troca e a especialização do trabalho para além do sexo transformaram bens (importantes para uso direto) em mercadorias (importantes para o valor de troca)”. Segundo, a produção de mercadorias voltada à troca como principal atividade econômica transformou a produção anterior, que era “destinada ao uso cooperativo”, para uma produção “voltada à acumulação e à troca competitiva”. Com isso, quando mulheres e homens perderam o “controle” sobre o que produziam, “as relações igualitárias foram minadas” (LEACOCK, 2019, p. 260).

Constituiu-se, assim, um “mundo do trabalho dos homens”, no qual se legitima a condição do homem como armadilheiro e responsável econômico, e um outro “mundo”, em que o papel da mulher vê-se alterado profundamente. Nas palavras de Leacock, observa-se que os papéis sociais agora designados pela distinção de sexo “envolvem a separação entre um mundo superior de ‘trabalho’, caracterizado como masculino, e uma esfera doméstica subordinada, definida como feminina, e, concomitantemente, o controle masculino sobre a sexualidade feminina” (LEACOCK, 2019, p. 334).

Desse modo, as relações de dependência foram alteradas. Se, na organização social igualitária, como delineou Leacock, todos os indivíduos dependiam do bando familiar, com a passagem para a aquisição “formal” do “status econômico e político”, após o envolvimento dos homens com o sistema colonial, observou-se que eram as mulheres quem “frequentemente perdiam seus direitos de propriedade da terra, eram constantemente afastadas dos papéis públicos, políticos e formais” e “empurradas para o âmbito do chamado domínio privado” (LEACOCK, 2019, p. 321).

Esse âmbito privado, no entanto, não era mais o espaço coletivo de criação e cuidado das crianças e dos alimentos como o de outrora, um agrupamento de várias

famílias que juntas viviam e constituíam a unidade econômica e social básica, da qual sem exceção, todos eram dependentes.

Como vimos, no seu lugar e “no coração das mudanças subsequentes na estrutura do grupo”, desenvolveu-se a família monogâmica “como uma unidade econômica” básica, “simultaneamente à separação no que diz respeito a sua dependência essencial do bando ou dos laços de parentesco” (LEACOCK, 2019, p. 59).

Procedendo dessa forma, percebeu-se que as consequências para a mulher quanto à “estabilização” dos bandos tanto dos indivíduos quanto do território foi a mudança na orientação patrilocal-patrilinial como produto do longo e contínuo contato com a economia colonial europeia.

E, nesse sentido, o que interessa ressaltar do estudo de Leacock é que tal desenvolvimento, capaz de suplantar a preferência matrilinear-matrilocal (LEACOCK, 2019, p. 104), fez-se acompanhar da constituição da família monogâmica, que assegurou a um só tempo a dependência econômica da mulher de um lado e, do outro, a relação necessária para a transmissão da herança da propriedade do pai ao filho.

Portanto, a “autonomia individual” dentro dos “imperativos da reciprocidade” da divisão do trabalho e a participação da mulher na tomada de decisão em todas as atividades sociais, argumentou Leacock, “transformaram-se em estruturas socioeconômicas baseadas na família nuclear do tipo ocidental e na dependência econômica de mulheres e crianças” (LEACOCK, 2019, p. 308).

Nesse sentido, é necessário entender a posição social qualitativamente diferente da mulher antes e depois da origem da propriedade privada e seus desdobramentos para a organização social, para, somente assim, podermos identificar se sua condição podia ser caracterizada como de autonomia ou de subordinação, no conjunto das relações sociais estudadas por Leacock entre mulheres e homens montagnais-naskapi, o que só pode ser bem compreendido, segundo o exame de nossa autora, se a “análise do status das mulheres” na organização social igualitária pressupuser uma análise “da estrutura socioeconômica igualitária como um todo” (LEACOCK, 2019, p. 173).

Leacock, em seu abrangente estudo, propõe-se a refutar os mitos justificadores da dominação masculina, considerada como universal, presentes em inúmeras obras. Elabora reflexões críticas minuciosas sobre interpretações de pesquisas etno-históricas

resultantes de uma “perspectiva a-histórica”. Partindo dessa crítica, a autora assinala a importância de desmistificá-las (LEACOCK, 2019, p. 200). Dessas considerações de Leacock, no entanto, atentamo-nos para aquelas que, uma vez reinterpretadas, oferecem mais evidências históricas do complexo processo que deu lugar à condição de subordinação da mulher.

Um primeiro aspecto a ser destacado refere-se à crítica em relação às respostas, aos “clichês” e às “lacunas” existentes nas pesquisas etnográficas sobre a participação das mulheres nas atividades produtivas em sociedades igualitárias, onde se parte do pressuposto, *a priori*, de elas possuírem um baixo status social em relação aos homens sem uma comprovação científica aceitável. Em geral, segundo Leacock, “o preparo da comida e o cuidado com as crianças” são esclarecimentos suficientes quanto à subordinação à “participação das mulheres numa dada sociedade” (LEACOCK, 2019, p. 174).

Ela prossegue no debate de como tais atividades relacionadas à “procriação e à aleitamento materno” em si próprias representam a “base” para afirmativas da “suposta subordinação passada” das mulheres.

Uma vez que a divisão do trabalho era central na evolução da vida cultural, é fácil cair nessa armadilha: as mulheres têm filhos; a divisão inicial do trabalho está relacionada a esse fato, assim como a subordinação atual das mulheres; portanto, ocorreu uma mudança quantitativa, mas não qualitativa, no status das mulheres em relação aos homens, quando formas sociais igualitárias foram transmutadas em formas hierárquicas (LEACOCK, 2019, p. 200).

De maneira enfática, Leacock afirma que é “raramente considerada a possibilidade de que mulheres e homens poderiam ser ‘separados, mas iguais’”. Esse primeiro argumento, no entanto, desdobra-se em outras afirmações que a autora apresenta com respeito à falta de prestígio e à desvalorização das atividades das mulheres em relação às dos homens, como os “exageros em relação ao homem” geralmente concebido “como caçador e guerreiro”, atividades tidas como mais valorizadas pelos bandos (LEACOCK, 2019, p. 177, 182).

Entre os ojíbuas, mbuti do Zaire e montagnais-naskapi (LEACOCK, 2019, p. 73, 182, 336), as mulheres participavam da caça ou realizavam caças individualizadas,

enquanto os homens poderiam realizar outras atividades que, no caso dos últimos, incluía-se⁴⁰ o cuidado com as crianças. A autora, portanto, chama a atenção para o fato da importância do “reexame” da ideia de que as atividades consideradas masculinas, como a caça ou a guerra, fossem “mais prestigiadas no passado do que a criação de novos seres humanos”. Por essa razão,

[...] o fato de que a procriação está associada à presente opressão da mulher não significa que esse foi o caso em formas sociais anteriores. À medida que a caça e a guerra (ou, mais precisamente, um eventual ataque, onde quer que isto ocorresse) representavam áreas de ritualização masculina, estas consistiam de fato nisto: áreas de ritualização masculina. Em maior ou menor dimensão, mulheres participavam dos rituais, ao mesmo tempo que, mais uma vez, em maior ou menor dimensão, também se envolviam em elaborações ritualísticas de poder gerador, quer junto aos homens, quer em separado (LEACOCK, 2019, p. 182-183).

Na elucidação dessa questão, a autora também cita frequentemente as sociedades horticultoras e afirma que o mesmo princípio de divisão do trabalho entre caçadores-coletores “se aplica” a essas sociedades. Os horticultores “usavam ferramentas de pedra, [tais] como os iroqueses”; e “as mulheres trabalhavam igualmente em grupos nos campos e também se dedicavam em grande parte à coleta de alimentos vegetais silvestres” (LEACOCK, 2019, p. 245).

Em conformidade com Leacock, uma outra crítica é aventada quando se refere à divisão sexual do trabalho em duas passagens da obra, nas quais a autora opta por problematizá-la “ao invés de [ser] tomada como algo natural” (LEACOCK, 2019, p. 273). Prefere se referir ao conceito de “flexibilidade” quando se trata de entender o vasto processo de tomada autônoma de decisão na realização das atividades sociais entre mulheres e homens nas sociedades caçadoras-coletoras.

Tais considerações indicam que, para Leacock, citando outros estudiosos com a mesma posição que a sua, deve-se “questionar” se de fato a “divisão sexual do trabalho chegou mesmo a ocorrer nos estágios iniciais da história humana”. Para fundamentar tal

⁴⁰ Um das passagens descritas por Leacock sobre os pais montagnais-naskapi é esta: “Entre os montagnais com quem trabalhei, observei que o pai participava do cuidado e da socialização de crianças com uma naturalidade e uma espontaneidade consideradas “femininas” em nossa cultura. Ele sentia-se seguro até mesmo no trato com bebês. Um dia, um pai embalou uma criança agitada e doente em seus braços e cantarolou para ela durante horas enquanto sua esposa defumava uma pele de cervo [...] Os homens eram pacientes diante das interrupções das crianças, mesmo estando envolvidos em tarefas importantes e essenciais para o grupo.” (LEACOCK, 2019, p. 271-272).

afirmação aponta para duas pistas. Segundo ela, “havia pouco dimorfismo sexual entre os neandertais, os predecessores imediatos dos humanos modernos”, e mulheres e homens “eram fortemente musculosos”. Por isso, Leacock argumenta que possivelmente ambos “participavam de atividades como cavar armadilhas para grandes mamíferos ou cortar estacas e construir trilhas pelas quais poderiam conduzi-los”, sendo essas formas “[...] as mais seguras para apanhar a caça do que o engajamento em uma busca individual” (LEACOCK, 2019, p. 233).

De toda forma, o ponto mais importante a ser ressaltado é que tal questionamento é acompanhado de uma indicação de dados de sociedades africanas e americanas que apontam para o fato de que atividades que comumente foram definidas como área de atuação dos homens⁴¹ acabam por revelar que eram atividades que envolviam mulheres e homens aptos ao trabalho.

Leacock acrescenta outro forte argumento ao afirmar que não foi a maternidade ou a habilidade de dar à luz que levou as mulheres a perderem sua autonomia ou o controle da atividade produtiva. Tratar da flexibilidade da divisão sexual do trabalho só reafirma, para nossa autora, que a procriação não afetava em nada a posição de igualdade da mulher, ao contrário, o rebaixamento do seu status, ou a subordinação da mulher ao homem, deve-se encontrar sua causa na transformação da sua participação na esfera do trabalho, coligada ao papel que passa a assumir a família como unidade econômica nuclear.

Retornando à questão do papel das mulheres nas sociedades igualitárias, Leacock generaliza algumas de suas conclusões expostas em *Mitos da Dominação Masculina* concernente ao status social das mulheres, afirmando que elas “oferecem uma contribuição econômica em todas as sociedades”. Toma como exemplo as mulheres “iroquesas”, cuja sociedade era horticultora e fortemente matrilinear e igualitária, ainda por volta dos séculos XVII e XVIII. Leacock informa que o status delas “não se baseava na contribuição econômica *per se*”, e que isto dependia “de como” tal “contribuição” era “estruturada” no bando (LEACOCK, 2019, p. 191, 193).

⁴¹ Leacock apresenta discussões sobre os papéis “públicos” das mulheres em sociedades igualitárias. Por exemplo: “Homens e mulheres, quando definidos como grupos de interesse conforme a divisão sexual de trabalho, arbitravam ou resolviam as diferenças na prática através de meios ‘públicos’. Por exemplo, entre os montagnais-naskapi do século dezessete, mulheres poderiam realizar um conselho para tratar do problema de um homem preguiçoso, ou, como o que ocorre entre os pitjandjara do centro-oeste da Austrália, antecipar o encerramento de uma cerimônia masculina, porque teriam que caminhar até muito longe em busca de alimento e estavam prontas para partir” (LEACOCK, 2019, p. 180).

Além disso, sobre a questão da autonomia das mulheres, “nada na estrutura” das sociedades igualitárias “requeria que se prestasse qualquer deferência aos homens”. Isso significa que não “havia obrigações econômicas ou sociais que forçassem as mulheres a serem mais sensíveis às necessidades e sentimentos dos homens do que vice-versa” (LEACOCK, 2019, p. 181).

A autonomia individual era verdadeira tanto nas sociedades horticultoras como entre os “iroqueses” ou “nayers”, em que as mulheres participavam mais ativamente em relação às atividades produtivas – nesse caso, tanto a prática da agricultura “simples” de subsistência, sem o uso do arado, (LEACOCK, 2019, p. 181, 153), quanto no

[...] caso das sociedades caçadoras, nas quais as mulheres não forneciam uma porção importante da comida. O registro consignado nas *Jesuit Relations* sobre a vida dos montagnais-naskapi no século dezessete esclarece esse ponto. Disputas e desavenças entre marido e mulher eram praticamente inexistentes, relatou Le Jeune, uma vez que cada sexo realizava suas próprias atividades, sem “intrometer-se” nas atividades do outro (LEACOCK, 2019, p. 181).

O elemento “a ser considerado” sobre esse ponto é que as mulheres participam ativamente, em sociedades igualitárias, de todo o processo da produção, controlando as “condições de seu trabalho” e a “distribuição dos bens que produzem”. Tanto mulheres como homens estão subsumidos às mesmas “limitações” “tecnológicas e ecológicas”. Com isso, não existe um controle externo. As mulheres possuíam plena autonomia e suas atividades são “complementares” às dos homens (LEACOCK, 2019, p. 193).

Em sociedades como a dos “tor” e dos “iroqueses”, por exemplo, havia um elevado status das mulheres; havia também e um declínio do status naquelas onde não havia controle do produto do seu trabalho.

Nesse momento de sua análise, Leacock articula todas essas definições à máxima de Engels, em que ele postula haver um “elo” entre o “rebaixamento” do “status” das mulheres e o “crescimento da propriedade privada”, bem como das “classes econômicas” – quando se dá justamente o surgimento da “família individual” como uma “unidade econômica independente”, a família monogâmica (LEACOCK, 2019, p. 201).

Na linha desse pensamento, Leacock discute o vínculo entre a subordinação da mulher e o papel da família monogâmica, propriamente dito, sintetizando essa intrínseca relação, com base em Engels, nas seguintes palavras:

Ganhando forma no interior da antiga economia coletiva e, ao mesmo tempo, subvertendo-a, a família, como unidade econômica, transformou o trabalho das mulheres, convertendo-o de uma produção pública em um serviço doméstico privado. O desenvolvimento crítico que desencadeou tal mudança foi a especialização do trabalho que substituiu cada vez mais a produção de mercadorias para a troca e estabeleceu relações econômicas situadas para além do controle dos produtores (LEACOCK, 2019, p. 201).

Com isso, Leacock pôde afirmar, citando literalmente as palavras de Engels na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, que em função da riqueza de seus detalhes, transcreve-se por inteiro:

A produção de mercadorias, escreveu Engels[...], “fragiliza a produção e a apropriação coletiva” e “eleva a apropriação individual à regra geral”, colocando em movimento “poderes estranhos incorpóreos” que se levantam contra os produtores. As sementes da propriedade privada e da exploração de classe estão plantadas, e a família individual como uma unidade econômica proprietária e herdeira de propriedade desenvolve-se dentro do coletivo e o destrói. “A divisão do trabalho dentro da família... permaneceu a mesma; mas agora as relações domésticas viravam de cabeça para baixo pelo simples fato de que a divisão do trabalho mudara fora da família” [...]. Ao invés de levar a cabo responsabilidades públicas no coletivo do bando ou da aldeia, onde os bens eram distribuídos, as mulheres passaram a depender dos homens como produtores de bens comercialmente relevantes. No contexto da família individual, “a mulher foi degradada e reduzida à servidão... um mero instrumento para a produção de filhos” (LEACOCK, 2019, p. 201-202).

Contudo, Leacock alerta para o fato de que Engels “descreveu esse processo como um desdobramento de outro processo, o de domesticação de animais no antigo Oriente e da troca de gado, que estava a cargo dos homens e, portanto, passou a ser propriedade deles”. Esse desenvolvimento se deu com a predominância do controle do homem sobre o produto do trabalho que, por conseguinte, tornou-se sua apropriação privada (LEACOCK, 2019, p. 202).

No entanto, o ponto a ser ressaltado desse aspecto, segundo a defesa de Leacock numa perspectiva transcultural, é que houve processos demasiadamente distintos em

cada região “ecológica”⁴² no que diz respeito ao desenvolvimento do “controle desigual dos recursos” e a consequente “subjugação por classe e sexo”, isso antes e depois do colonialismo. É exatamente por isso que a autora argumenta sobre a necessidade de compreensão da “formulação de Engels” de forma “separada”: de um lado, a “subjugação das mulheres” e, do outro, verificar em qual “contexto específico” se deu tal “discussão” (LEACOCK, 2019, p. 202).

Com isso, Leacock ressalta, uma vez mais, se, de um lado, a “reinterpretação etno-histórica e conceitual dos papéis das mulheres” em sociedades caçadoras-coletoras ou igualitárias evidencia “relações qualitativamente diferentes” na história da humanidade, do outro, se “abster-se” ou não apreciar tais relações acaba oferecendo mais obstáculos para “o problema de desvendar o complexo processo que iniciou a formação de classes e estados” (LEACOCK, 2019, p. 203).

Portanto, ao realizar essa articulação a contribuição oferecida por Leacock permite esclarecer ainda mais o processo de desenvolvimento da produção de mercadorias para a troca, que minou incontáveis organizações sociais igualitárias e a autonomia da mulher pelo mundo. Ao mesmo tempo, reafirma a assertiva da tese expressa por Engels acerca dos fundamentos da subordinação da mulher.

Leacock, ao reinterpretar os papéis sexuais e os “modelos de família” como uma relação articulada, na história das sociedades, comparando os dados etno-históricos desde sociedades horticultoras até as caçadora-coletoras com a descrição de Engels, comprovou a universalidade das relações que emergem no momento em que as “mulheres começam a perder o controle de sua produção e a divisão sexual do trabalho relacionada à sua capacidade de procriar torna-se a base de sua opressão como prestadoras de serviços privados em domicílios individuais”. Argumentou ainda que esse processo se deu de forma diferente e não foi “simples, automático ou rápido” (LEACOCK, 2019, p. 203).

Leacock comprovou que onde prevaleciam relações econômicas e sociais com base na igualdade, não havia qualquer forma de dominação dos indivíduos e suas análises relacionam diretamente os processos de destruição das sociedades ou coletivos

⁴² “Na África Ocidental”, por exemplo, “as mulheres estavam organizadas para manter e proteger seus direitos até que se desenvolvessem as classes econômicas e os estados políticos” (LEACOCK, 2019, p. 203).

igualitários com a produção de mercadorias no contexto colonial, numa perspectiva transcultural. Tal processo levou a que mulheres e crianças se tornassem dependentes do homem (LEACOCK, 2019, p. 53, 201).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são os argumentos centrais e o que Leacock trata com maior relevância em *Mitos da Dominação Masculina* que possa apresentar contribuições às discussões e pesquisas sobre a questão da subordinação da mulher ao homem na contemporaneidade?

A pesquisa realizada pela autora apresenta, em uma perspectiva antropológica “transcultural”, como se deu o processo de rebaixamento do status da mulher entre os montagnais-naskapi da península do Labrador, na América do Norte, como representativo de outros povos igualitários do mundo, reafirmando a tese de Engels de que a existência da opressão, dominação e exploração de classe, que demandou o surgimento do Estado e da família monogâmica, está atrelada ao surgimento da propriedade privada. A pesquisa da autora revela, dessa forma, que as relações igualitárias dessa sociedade ruíram pelo contato com os franceses colonizadores e sua consequente dependência do comércio de peles.

A autora salienta que, a partir do estabelecimento da propriedade privada, as sementes da exploração de indivíduos sobre outros foram plantadas. Nesse sentido, Leacock argumenta que a “opressão de sexo” é “antiga”, “remontando não só ao surgimento das relações capitalistas de classe, mas às próprias origens da classe social” (LEACOCK, 2019, p. 52).

Após a extensiva discussão da autora, pode-se afirmar que ela comprovou a historicidade do “comunismo primitivo” e, no tocante ao estudo do nosso objeto, demonstrou que por onde prevaleciam relações econômicas e sociais com base na igualdade, não havia qualquer dominação do homem sobre a mulher. Leacock, com base nas afirmações de Engels, realizou na América o estudo por ele empreendido no plano de desenvolvimento europeu ou ocidental.

Poder-se-ia perguntar: quais “atualizações” esse estudo oferece em relação às contribuições de Engels? Essa questão, todavia, não é um tema propriamente colocado por Leacock. A pesquisa realizada por ela aproxima-se mais de uma ampliação, de forma crítica, da teoria marx-engelsiana que, nas palavras da própria autora, “dão seguimento explícito à formulação de Engels” e trata “da estrutura das relações em

sociedades anteriores ao advento de classes sociais e do desenvolvimento interligado da produção de mercadorias e da exploração de sexo e classe” (LEACOCK, 2019, p. 41).

A pesquisa realizada pela autora apresenta também uma abordagem na qual se faz uma “distinção entre sociedades onde o sistema de classe e a organização política estão emergindo e as sociedades caçadoras, coletoras ou horticultoras verdadeiramente igualitárias” (LEACOCK, 2019, p. 158).

Dessa forma, Leacock consegue desmistificar preconceitos, demonstrando a importância de não cometer o equívoco de “agrupar os povos não ocidentais e não orientais em uma única categoria de ‘primitivos’, ‘pré-letrados’, ‘tribais’ etc. e então contrastá-los com a ‘civilização’”. Ao realizar essa operação, ela consegue esclarecer os equívocos etnocêntricos contidos nas formulações acerca dos papéis feminino/masculino e, assim, contribuir para o esclarecimento da falsificação de ideias concernentes à subordinação universal da mulher (LEACOCK, 2019, p. 59).

Para a autora, a sociedade igualitária dos montagnais-naskapi era fundada no trabalho cooperativo voltado à subsistência, com base na caça e na coleta. Leacock evidencia que entre eles inexistia a propriedade privada ou qualquer forma de perpetuação de bens entre os indivíduos. Assim, para ela, os elementos fundamentais que consubstanciavam esse tipo de sociedade são a cooperação, a autonomia e a solidariedade. Isto é, os indivíduos de todos os sexos possuíam igual autonomia e influência pessoal nas tomadas de decisões coletivas, evidenciadas através da flexibilidade no interior da divisão do trabalho e na escolha residencial. Enfim, uma sociedade igualitária, como essa da península do Labrador, não possuía poderes ou prestígios de indivíduos ou grupo de indivíduos sobre os outros, mas, ao contrário, havia nela uma reciprocidade nas relações individuais.

Após caracterizar a sociedade igualitária dos montagnais-naskapi, Leacock demonstra, através da sua pesquisa, as transformações ocorridas na forma da propriedade, na divisão do trabalho e na família, por meio da dependência econômica dessa sociedade ao comércio de peles imposto pelos colonizadores europeus, o que fez surgir a propriedade privada e, com ela, a desigualdade de classe e a opressão do Estado e da família monogâmica, que impuseram a subordinação das mulheres através da perda da sua autonomia, intensificada pela influência da educação jesuítica.

Segundo o que argumenta Leacock, “uma das mudanças mais consistentes e largamente documentadas que foram produzidas durante o período colonial foi o declínio do status das mulheres em relação aos homens” (LEACOCK, 2019, p. 53, 290). A “pesquisa transcultural” realizada pelos antropólogos do século XX, da qual Leacock se apropriou e analisou criticamente, além de contribuir para produzi-la, desvela, através de “evidências” contundentes, que

[...] a “dominação masculina” não é um dado humano universal, como costumeiramente argumentado; que a divisão do trabalho por sexo nas sociedades igualitárias levou à complementaridade, e não à subserviência feminina; e que as mulheres perderam seu status de igualdade quando lhes foi retirado o controle sobre os produtos de seu trabalho (LEACOCK, 2019, p. 244).

Nesse aspecto, esta antropóloga marxista pôde oferecer uma detalhada análise sobre os processos que fundamentam a subordinação da mulher, delineados antes por Engels, conforme ela afirma.

Para Leacock, a terra, que era de uso coletivo, passou a ser regulamentada por meio de vínculos territoriais estabelecidos – com a institucionalização de chefias e líderes, através de eleições formais interligadas às relações estatais que elevou o status dos representantes. Com isso, a “livre circulação” pelas terras tradicionalmente utilizadas pelos bandos foi sendo substituída pelos “direitos de usufruto” das linhas de armadilha. A instituição da propriedade privada entre os montagnais-naskapi se deu, portanto, através da regulamentação “formal” dos territórios de caça coletivos, materializada na instalação de linhas de armadilhas individualizadas, levando à estabilização territorial dos bandos e às disputas em torno dos territórios de caça (LEACOCK, 2019, p. 269, 115).

Outra mudança fundamental, em consequência desse processo, deu-se com a institucionalização da família monogâmica conectada à instituição do direito à herança. Os grupos multifamiliares foram destruídos a partir da dependência do comércio de peles e da regulamentação da propriedade, impulsionadas pelo poder dos interesses de classe das sociedades ocidentais e da influência educacional exercida pela missão jesuítica, estabelecendo a cristianização e a hierarquização dos papéis sexuais.

Portanto, para Leacock, o papel social autônomo que no passado possuíam as mulheres foi dissolvido pela perda do controle do processo produtivo, levando ao rebaixamento do seu status social em relação ao dos homens.

A dependência econômica e as sucessivas inibições da participação nas questões “públicas” ou “políticas”, bem como a perda da liberdade sexual, levaram à subordinação das mulheres no interior da família monogâmica, agora comandada pelos homens. Nesse processo, as mulheres perderam até mesmo o direito de decidir sobre suas próprias vidas. Enfim, a igualdade dos montagnais-naskapi ruiu pela imposição de leis socioeconômicas motivadas pela exploração de classe e reguladas pelo Estado (LEACOCK, 2019, p. 69).

A consideração e o reconhecimento da obra de Engels, a qual ela define como uma “magistral e profunda síntese teórica”, não a impediu de elaborar sua crítica, ao estabelecer que na “*Origem*”, parte-se de “um modelo da sociedade tribal em oposição à sociedade de classes”. Para Leacock, o problema reside não nas proposições teóricas ou no método de análise das sociedades igualitárias, mas no fato de que “Todos os povos não-europeus e não-orientais são postos, praticamente, na primeira categoria, enquanto Grécia, Roma e a antiga Alemanha são usadas como exemplos de transição entre a sociedade coletiva, baseada no parentesco, e a sociedade de classes” (LEACOCK, 2019, p. 60, 61).

Leacock argumenta que estes desenvolvimentos não dizem respeito às sociedades “coloniais” que “se encontravam em diferentes estágios de transição para a sociedade de classes com organização estatal quando seu desenvolvimento autônomo foi interrompido” (LEACOCK, 2019, p. 61).

A documentação e pesquisa de campo sobre os bandos montagnais-naskapi, por exemplo, contribuíram para revelar e complementar a anterior afirmação de Engels sobre o fato de a subordinação da mulher ter emergido com a “especialização do trabalho e a privatização da propriedade”, conectadas ao “desenvolvimento da família” monogâmica “como uma unidade econômica”. Leacock apresenta esse processo com riqueza de detalhes, através da “reconstituição”, por meio de materiais etnográficos e etno-históricos, do modo de vida desses bandos (LEACOCK, 2019, p. 236-237).

Sob esse mesmo ponto de vista, quando Leacock desvela que a opressão da mulher, através da instituição da propriedade privada, pela família monogâmica, não é

uma questão de princípios, mas sim histórica, à medida que evidências como as que ela apresenta vão se avolumando, a autora aponta para a necessária e cada vez mais urgente importância de compreensão da diferença “teórica e prática entre os sintomas e as causas da opressão das mulheres” (LEACOCK, 2019, p. 353).

Assim, a documentação que revela “o papel autônomo desempenhado pelas mulheres em sociedades igualitárias” cabe ser reinterpretada para trazer à luz dados como os que confirmam que atividades que historicamente foram designadas como femininas faziam parte da vida plenamente igualitária, cooperativa e de reciprocidade que tiveram no passado. Com isso, vale ressaltar um aspecto decisivo para o seu pensamento: a importância do esclarecimento de tais “experiências” em “nome das perspectivas” que elas “oferecem às estratégias organizacionais e aos objetivos socialistas” (LEACOCK, 2019, p. 362).

Outra questão que ela sublinha é que, através destas evidências e a sua correta compreensão, desmitifica-se a noção de “sexo frágil”, introjetada nas consciências de toda a sociedade, sugerindo que a mulher teria aceitado essa condição “naturalmente dada”, que lhe reservara o status de indivíduo inferior ao homem e, o que é pior, contra essa condição nada seria possível fazer. Em outras palavras, a suposta “passividade” feminina constitui não somente um pretexto para explicar a subordinação da mulher, mas representa, sobretudo, a justificativa ideológica necessária à exploração de classe para assegurar que, numa pretensa biologia ou psicologia feminina “naturalmente diferenciada”, as mulheres, por uma questão de necessidade, deveriam subordinar-se aos homens para manter sua própria vida (LEACOCK, 2019, p. 37).

Para que possamos aprender com a história e não cairmos nas armadilhas das interpretações superficiais ou subjetivistas, faz-se necessário buscar entre as alternativas postas, conforme sinaliza Leacock, aquelas que prezem pela pesquisa fundada na investigação autêntica acerca das verdadeiras causas da subordinação da mulher, a fim de não substituir um mito por outro, ainda que inconscientemente. O mérito de Leacock, como foi possível visualizar, é muito maior que o criterioso estudo das sociedades igualitárias e a demonstração das raízes da subordinação das mulheres.

Ela também tem o mérito de combater a ideologia burguesa, pondo em perspectiva questões essenciais para a compreensão da sociedade atual, bem como contribuir na luta das mulheres pela retomada da sua autonomia. Entretanto, para ela, entender o “papel da mulher” na sociedade de classe de forma desarticulada das causas

que proporcionaram a sua subordinação não apenas pode tornar mais sinuoso esse caminho, mas levar a caminhos duvidosos.

O Estudo realizado por Leacock, ao demonstrar o processo por meio do qual as mulheres perderam o status de igualdade e conseqüentemente foram subordinadas transforma-se em um instrumento para a luta ideológica pela emancipação da humanidade. Segundo ela,

Embora ainda haja uma grande quantidade de argumentos abstratos sobre qual a posição correta acerca da libertação das mulheres, há também um reconhecimento crescente de que é inútil debater até que ponto alguns segmentos do movimento de mulheres podem ou não articular-se a objetivos revolucionários. Há ainda um crescente compromisso quanto ao desenvolvimento de táticas concretas de programa e organização de situações em que as mulheres se encontram para a luta em torno de questões básicas. Pode parecer que a discussão de Engels sobre arranjos familiares que há muito tempo deixaram de existir em suas formas originárias seria hoje um tanto esotérica e de pouca relevância. No entanto, é crucial para as organizações de mulheres que lutam por sua libertação entender que a família monogâmica como uma unidade econômica no coração da sociedade de classes é o fator determinante para sua subjugação (LEACOCK, 2019, p. 352).

A “emancipação política” das mulheres realizada nos marcos do capitalismo promoveu avanços nas suas lutas pela conquista de direitos. Porém, não deu conta de acabar com sua subordinação à família monogâmica, muito menos com as historicamente péssimas condições sociais de reprodução, o que as torna cotidianamente constrangidas a requisitar a proteção do Estado contra as variadas formas de violência cotidiana, sendo esse mesmo Estado, contraditoriamente, um dos mecanismos da opressão de classe e gênero que lhes aflige.

Leacock salienta ainda que esse entendimento sobre “a família monogâmica como uma unidade econômica no coração da sociedade de classes” que garante a subordinação da mulher

[...] deixa claro que a gravidez em si não é responsável pelo baixo status das mulheres, como tem sido reivindicado por alguns grupos radicais de mulheres. E, mais importante, indica a maneira pela qual as mulheres da classe trabalhadora, não apenas em sua luta obviamente básica no trabalho, mas também em suas batalhas aparentemente mais conservadoras em favor da família, de escolas, moradia e assistência social, estão, na verdade, colocando desafios mais básicos do que aqueles postos pelos radicais. Ao exigir que a sociedade assuma a responsabilidade por seus filhos, elas estão atacando a natureza da família como uma unidade econômica, a base de sua própria opressão e um suporte central da exploração de classe. Portanto, enquanto algumas atividades de grupos radicais de mulheres de classe média podem estar associadas às lutas das mulheres da classe trabalhadora, como a

luta por abortos legalizados e gratuitos, outras são tão psicologicamente orientadas que acabam por causar confusão e desviar o foco daquilo que é fundamental (LEACOCK, 2019, p. 352-353).

Leacock argumenta que a luta das mulheres da classe trabalhadora é radical ao atacar “a natureza da família como uma unidade econômica”, como “a base de sua própria opressão e um suporte central da exploração de classe” (LEACOCK, 2019, p. 353). Nesse sentido, pode-se complementar que a emancipação da mulher está condicionada à da sociedade, ou seja, ela apenas será efetiva quando a base material que rege os processos sociais restabelecer a primazia do valor de uso sobre o de troca e reintegrar o controle do processo produtivo aos produtores diretos, numa ação de reabsorção das forças sociais separadas da comunidade. Reside aí a contribuição e a atualidade do seu estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGONQUIANO [artigo]. **Portal Britannica Escola**, Chicago, novembro, 2020. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/algonquiano/487805>. Acesso em: 06. fev 2020.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a17>. Acesso em: 02. nov 2020.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Editora: Zahar, 1981.

JIMENEZ, Susana. Eleanor Burke Leacock: o comunismo primitivo e a história autêntica que precedeu a pré-história da humanidade. In: LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LESSA, Sérgio. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1988. (Série Os Economistas, v. 2).

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, CLG.; CASTRO, PA. (orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2008.

PUEBLOS ORIGINARIOS. **Innu (Montagnais y Naskapi)**. Disponível em: <https://pueblosoriginarios.com/norte/subartico/innu/innu.html>. Acesso em: 20. mar 2019.